



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CREDENCIAMENTO Nº 02/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada, pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, para prestação de serviços de atenção à saúde, que tenham interesse em executar serviços de realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação ou com pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador SUS, pelo prazo de 12 meses.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde.

Data de abertura de propostas de Adesão: 21 de novembro de 2024

Recebimento de propostas de Adesão: até as 8h59 min do dia 21/11/2024

Abertura das propostas de Adesão: 09:00 horas

Referência de tempo: horário de Brasília.

Local da sessão pública: Plataforma de licitações LICITAR DIGITAL – www.licitardigital.com.br

Valor estimado global de contratação: R\$ 1.255.568,93

Critério de Adesão: **POR ITEM**

Esclarecimentos: diretamente plataforma www.licitardigital.com.br edital Credenciamento nº 02/2024 ou via e-mail licitacao@brumadinho.mg.gov.br.

Telefones: (31) 3987- 0337– 031 99520 2685

Horário de funcionamento: 08h00min. às 17h00.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL: 12 meses, contados a partir da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal Eletrônico do Município

É de responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Atenção em caso de divergência entre o descritivo da plataforma e a do edital, prevalecerá o edital.





SUMÁRIO

1. PREAMBULO	3
2. DO OBJETO	3
3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, QUANTIDADE E VALOR	3
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO	9
5. DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR	12
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	12
7. DA HABILITAÇÃO	13
8. DO JULGAMENTO	15
9. DA DEFINIÇÃO, ORDEM E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA	15
10. DOS RECURSOS	16
11. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS	16
12. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	17
13. DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO	18
14. DOS VALORES E DO PAGAMENTO	19
15. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA	20
16. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO	20
17. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO	21
18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	22
19. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO	22
20. DA APLICAÇÃO DA LGPD E À POLÍTICA DE SEGURANÇA	23
21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	24
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	27
ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	44
ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	66





1 – PREAMBULO

1.1 – O MUNICÍPIO DE BRUMADINHO/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.363.929/0001-40, com sede à Rua Maria Maia, 157, CEP 32.483.120, Grajaú, Centro, Brumadinho/MG, por intermédio da Central de Compras, Licitações e Contratos, torna público que realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 141, de 07 de agosto de 2023, Decreto Municipal nº 199, de 13 de novembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo, Agente de Contratações Sr.(a) **Jurene de Sales Azevedo** e pela Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 91, de 29 de maio de 2023 anexado aos autos do procedimento.

1.3 – O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Brumadinho, através do endereço eletrônico <https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/licitacao-em-andamento/>, na Plataforma de Licitações Licitar Digital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Brumadinho/MG, de forma física, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação e mediante o recolhimento da taxa inerentes aos seus custos reprográficos conforme Decreto Municipal nº 40 de 02 de março de 2015.

1.4 – Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretendentes licitantes no endereço eletrônico www.licitardigital.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal.

1.5 – A Administração não se responsabilizará caso o pretendo licitante não acesse a plataforma informada ou não visualize a alteração no Site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. DO OBJETO

2.1 – O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados na prestação de serviços de atenção à saúde, que tenham interesse em executar serviços de realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação ou com pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador SUS, pelo prazo de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 – O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 7º, inciso I, do Decreto Municipal nº 199/2023.

2.3 – O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS, QUANTIDADE E VALOR:

3.1 – O valor Total Estimado do Credenciamento é estimado **R\$ 1.255.568,93** (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos).



3.1.1 – Os quantitativos estimados constantes das Tabelas de Procedimentos serão reduzidos à medida que forem realizados os procedimentos, de forma que a cada novo credenciamento, após os tramites contratuais, possa realizar os procedimentos, de acordo com a demanda do Setor de Controle, Avaliação e Regulação da SMS.

3.3 – Os **CREDENCIADOS** deverão ser aptos para executar os serviços de realização de exames médicos complementares, conforme especificações e quantidades estimadas, conforme planilha:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SIGTAP	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN INFERIOR/PELVE – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	Unid.	60	R\$ 611,81	R\$ 36.708,60
02	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste em um exame que avalia a parte superior do abdômen, com destaque para a circulação venosa no fígado, baço, vesícula e vias biliares, rins e glândulas adrenais. Com isso, é possível observar a circulação do sangue em veias que circulam na porção superior do abdome.	*	Unid.	60	R\$ 716,83	R\$ 43.009,80
03	ANGIORESSONANCIA CEREBRAL – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.0 1.001- 3	Unid.	100	R\$ 268,75	R\$ 26.875,00
04	ANGIORESSONANCIA DA AORTA ABDOMINAL – consiste em um exame que estuda artérias e veias de forma não invasiva, onde as estruturas do sistema vascular são avaliadas através da emissão de ondas magnéticas.	*	Unid.	60	R\$ 776,47	R\$ 46.588,20
05	ANGIOTOMOGRAFIA DO ABDOMEN INFERIOR/PELVE – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	Unid.	10	R\$ 639,50	R\$ 6.395,00

06	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	Unid.	10	R\$ 658,63	R\$ 6.586,30
07	ANGIOTOMOGRAFA DO CRANIO – Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	Unid.	10	R\$ 590,99	R\$ 5.909,90
08	ANGIOTOMOGRAFIA DO TORAX – Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	Unid.	10	R\$ 581,56	R\$ 5.815,60
09	APLICAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um líquido utilizado para facilitar a observação de tecidos internos do paciente, fornecendo uma imagem de qualidade para o diagnóstico médico. Pode ser administrado por diversas vias oral ou no interior das veias as mais comumente utilizadas.	*	Unid.	200	R\$ 137,66	R\$ 27.532,00
10	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE – consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.0 3.002- 6	Unid.	10	R\$ 77,28	R\$ 772,80
11	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ STRESS - Consiste no exame de medicina nuclear não invasivo associado à esteira ergométrica ou equivalente com uso de medicamentos específicos (teste farmacológico) tem a finalidade de avaliar a irrigação sanguínea e a capacidade funcional do coração	02.08.0 1.002- 5	Unid.	120	R\$ 408,52	R\$ 49.022,40



	frente ao estresse ou estímulo farmacológico.					
12	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ REPOUSO – é a cintilografia do miocárdio que realizada em situação de repouso, ou com o paciente realizando atividades simples como se locomover, assistir à TV ou lendo e que vai avaliar a função coronariana.	02.08.0 1.003-3	Unid.	120	R\$ 383,07	R\$ 45.968,40
13	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA) – consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.0 4.005-6	Unid.	6	R\$ 133,03	R\$ 798,18
14	CINTILOGRAFIA ÓSSEA – consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco	02.08.0 5.003-5	Unid.	15	R\$ 190,99	R\$ 2.864,85
15	DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES E/OU FEMUR) – é o exame por imagem que permite medir a densidade mineral óssea e comparar com padrões para idade e sexo. As imagens para diagnóstico são do fêmur e da coluna vertebral (e pode incluir região distal do rádio e o corpo inteiro em situações especiais) avalia a presença e o grau da osteoporose	02.04.0 6.002-8	Unid.	50	R\$ 55,10	R\$ 2.755,00
16	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ABDOMEM SUPERIOR – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da região superior do abdômen.	02.07.0 3.001-4	Unid.	250	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50



17	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO – MANDIBULAR (BILATERAL) – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso das articulações temporo-mandibulares.	02.07.0 1.002-1	Unid.	20	R\$ 268,75	R\$ 5.375,00
18	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA BACIA / PELVE / ABDOMEM INFERIOR – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da bacia, pelve, abdômen inferior, ou vias urinárias.	02.07.0 3.002-2	Unid.	250	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50
19	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CARDIACA MORFOLOGICA E FUNCIONAL – trata-se do estudo completo do coração, avaliando sua estrutura, irrigação sanguínea e comportamento quando submetido a estresse, quando o coração é levado a bater de forma acelerada e rápida.	*	Unid.	30	R\$ 1.015,54	R\$ 30.466,20
20	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA CERVICAL/ PESCOÇO - consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.0 1.003-0	Unid.	160	R\$ 268,75	R\$ 43.000,00
21	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA LOMBO SACRA – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região lombo-sacra.	02.07.0 1.004-8	Unid.	220	R\$ 268,75	R\$ 59.125,00
22	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA TORACICA – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não	02.07.0 1.005-6	Unid.	100	R\$ 268,75	R\$ 26.875,00



	utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região torácica.					
23	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CRÂNIO – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da cabeça/crânio.	02.07.0 1.006-4	Unid.	300	R\$ 268,75	R\$ 80.625,00
24	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO INFERIOR UNILATERAL – consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Corresponde ao estudo da articulação coxofemoral, coxa, joelho, perna, tornozelo e pé de cada membro inferior.	02.07.0 3.003-0	Unid.	350	R\$ 268,75	R\$ 94.062,50
25	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL – Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	02.07.0 2.002-7	Unid.	250	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50
26	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SELA TÚRCICA – Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.0 1.007-2	Unid.	30	R\$ 268,75	R\$ 8.062,50
27	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TÓRAX -Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.0 2.003-5	Unid.	20	R\$ 268,75	R\$ 5.375,00
28	RESSONÂNCIA MAGNETICA VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA - Consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo	02.07.0 3.004-9	Unid.	50	R\$ 268,75	R\$ 13.437,50





	humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.					
29	RESSONANCIA MAGNETICA DA PROSTATA – É um exame de imagem não invasivo usado para avaliar patologias na próstata, a glândula sexual dos homens. Por meio da técnica de Ressonância Magnética, temos imagens mais detalhadas do pênis e estruturas próximas. Por vezes, usa-se contraste, para imagens mais claras da região.	*	Unid.	150	R\$ 838,50	R\$ 125.775,00
30	RESSONANCIA MAGNETICA DO OUVIDO – Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	*	Unid.	150	R\$ 616,96	R\$ 92.544,00
31	SEDAÇÃO PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um medicamento intravenosa podendo ser administrado pela veia, pela boca (oral), ou através de uma máscara fácil (inalaria).	*	Unid.	150	R\$ 491,80	R\$ 73.770,00
32	TESTE DE CONTATO ALERGICO – consiste na aplicação de pequenas quantidades de substâncias no antebraço do paciente e na observação da reação cutânea. Esse teste é fundamental para o diagnóstico e tratamento de alergias de contato, e pode ser realizado por dermatologistas ou alergologistas.	*	Unid.	10	R\$ 369,45	R\$ 3.694,50
33	URETROCISTOGRAFIA MISIONAL – avalia o tamanho e a forma da bexiga e da uretra, que é o canal por onde sai a urina. Esse procedimento é indicado principalmente para pesquisar se uma criança tem refluxo vesico ureteral —condição em que a urina da bexiga volta para cima, em sentido inverso, muitas vezes até os rins.	*	Unid.	60	R\$ 611,87	R\$ 36.712,20
34	RAIOS X PANORAMICO – consiste na realização de procedimento utilizando a técnica de exame de imagem com raio x, proporciona uma imagem que permite distinguir as estruturas e tecidos com propriedades diferentes de toda coluna vertebrais desde a cervical até o cox.	02.04.0 2.013- 1	UN	300	R\$ 158,35	R\$ 47.505,00



4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

4.1 – Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados na Plataforma de Licitações Licitardigital, através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br.

4.2 – O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 – Não poderão participar do credenciamento:

4.5.1 – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2 – pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública Municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.5.3 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.5.4 – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5.5 – pessoas jurídicas reunidas em consórcio e empresas estrangeiras, considerando que se trata de serviços comuns de mercado, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo. É bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos desta natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais;

4.5.6 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 – O impedimento de que trata o item 4.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

4.7 – A vedação de que trata o item 4.5.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.8 – Como condição para se credenciar, os interessados deverão assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1 – Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.

4.8.2 – Declaro que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

4.8.3 – Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

4.8.4 - Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

4.8.5 – Declaro que não possuo sócios quotistas ou administradores que se enquadrem em alguma das hipóteses restritivas do art. 37 da Lei Orgânica Municipal de Brumadinho.

“Art. 37. O Prefeito, o vice-prefeito, os vereadores, os ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança, as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o 2º grau, ou por adoção e os servidores empregados públicos, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até seis meses após as respectivas funções.”

4.8.6 – Declaro que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

4.8.7 – Declaro que a empresa não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.8.8 – Declaro que não enquadro em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

4.8.9 – Declara que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com

agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.10 – Declara que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.8.11 – Atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4.8.12 – Declara que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

5.1 – Os interessados deverão estar previamente cadastrados na Plataforma de Licitações Licitar Digital e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico do sistema, a indicação dos itens que têm a intenção de se credenciar, por meio de preenchimento da plataforma em campo próprio por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.com as seguintes informações:

5.1.1 – Descrição detalhada do objeto contendo informações de quantidade e valor unitário.

5.5 – No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6 – O registro no sistema com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7 – Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.8 – Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



6.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor

6.2 – Os pedidos de esclarecimento e as impugnações ao presente Edital deverão ser efetuados, a qualquer tempo até 3 dias antes da sessão de abertura, devendo protocolizar o pedido diretamente pela plataforma www.licitardigital.com.br

6.2.1 – As eventuais alterações no edital decorrentes de impugnações e pedidos de esclarecimentos serão incorporadas por meio de Termo Aditivo aos contratos já firmados, se for o caso.

6.3 – Caberá ao Agente de Contratação analisar e decidir sobre a petição de esclarecimento ou impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis.

6.4 – As decisões e/ou respostas serão encaminhadas através da plataforma www.licitardigital.com.br.

6.5 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.6 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

6.7 – Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

7. DA HABILITAÇÃO

7.1 – Os documentos previstos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos art. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1 – O interessado, deverá entregar, no prazo máximo de 2 horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por meio da própria plataforma.

7.1.2 – Após findo o prazo para inserção dos documentos na plataforma, o Agente de Contratação auxiliado pela equipe de apoio analisará os documentos de habilitação exigidos no edital declarará a empresa habilitada ou inabilitada.

7.1.3 – A sessão para análise dos documentos de habilitação ocorrerá no mesmo dia de recebimento dos documentos.

7.1.4 – Até o dia e/ou prazo designado o interessado poderá substituir qualquer documento de habilitação inserido, após a data e/ou prazo designados, o licitante não poderá mais incluir nenhum documento na plataforma.

7.2 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.2.1 – Registro comercial no caso de firma individual;

7.2.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se



tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

7.2.3 – Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

7.2.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3 – DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.3.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

7.3.3 – Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.4 – Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.5 – Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF – FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.4 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.4.1- Certidão Negativa de Falência e de recuperação judicial e extrajudicial (Falência e concordata), expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, no máximo 3 meses da data prevista para entrega dos envelopes, inclusive do PJE caso já tenha sido instalado na comarca sede da pessoa jurídica /física licitante.

7.4.1.1 – Para empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, deve ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório

7.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1 – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

7.5.2 – Registro ou inscrição no Conselho Regional de Medicina ou na entidade profissional competente da empresa e dos responsáveis técnicos da licitante;



7.5.3 – Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária, referente ao estabelecimento da sede da interessada, em vigor na data de abertura do certame.

7.6 – DAS DECLARAÇÕES

7.6.1 – Declaração de que a empresa atende as normativas radiológicas, RDC Nº 611/2022 e da Vigilância Sanitária

7.6.2 – Declaração de que a empresa disponibilizará profissionais especialistas em número suficiente para atender ao quantitativo de procedimentos do prazo estabelecido do edital;

7.7 – Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

7.8 – Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.9 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.9.1 – Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

7.9.2 – Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

7.10 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

8 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

8.1 - Os documentos propostos pelos interessados serão apreciados pelo(a) Agente de Contratação e Equipe de Apoio, que, se necessário, poderão realizar diligência para melhor análise da documentação apresentada, podendo solicitar dados adicionais, requerer visitas técnicas, estabelecer prazo para prestação de informações, dentre outras ações, a fim de avaliar e selecionar as entidades que pretenderem se credenciar junto ao município no objeto deste certame.

8.2 - Serão considerados habilitados os fornecedores que apresentarem corretamente a documentação solicitada no item 7 e subsequentes e que atendam todas as condições exigidas neste Instrumento.

8.3 - Não constituirá causa de indeferimento de credenciamento a irregularidade formal, que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento, ou a irregularidade que possa ser sanada mediante a apresentação de documentação complementar.

8.4 - Serão considerados inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

8.5 - Analisados os documentos, o (a) Agente de Contratação e a Equipe de Apoio lavrarão a ata de credenciamento do fornecedor interessado, declarando-a habilitado ou inabilitado.



9. DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

9.1 - Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios:

9.2 – Nos termos do art. 31, §3º, do Decreto Municipal nº199 de 13 de novembro de 2023, a ordem de contratação dos credenciados ocorrerá por meio de sorteio por objeto, de modo que a distribuição ocorra por padrões estritamente impessoais e aleatórios, formando uma lista para ordem de chamada para execução do objeto.

9.2.2 – A empresa credenciada só será chamada para executar novo objeto após os demais credenciados, que já estejam na lista, forem chamados.

9.2.3 – A qualquer tempo uma empresa interessada poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o sorteio, será posicionado logo após o credenciado com menor número de demandas.

9.3 – Na distribuição dos quantitativos de exames para cada prestador credenciado serão considerados os seguintes critérios:

9.3.2 – Os quantitativos, previstos no Edital, serão distribuídos, de forma isonômica, entre os prestadores credenciados;

9.3.3 – Para o encaminhamento será observado o número de prestadores credenciados, distribuindo de forma isonômica os exames/procedimentos, dentro da sequência ordinária, observando a capacidade instalada e a disponibilidade de cada prestador, conforme quantitativos pactuados no credenciamento.

9.3.4 – A distribuição isonômica do quantitativo em os contratados se dará, tendo em vista que a grande maioria dos pacientes, utilizam o sistema de transporte fornecido pela Secretaria de Saúde para locomoção até à empresa contratada, dessa forma, o setor de transporte consegue fazer um planejamento prévio das rotas necessárias para atender todos os pacientes.

10. DOS RECURSOS

10.1 – A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 9 do Decreto Municipal nº 199/2023.

10.2 – O prazo recursal é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da decisão, na forma do art. 9, § 1º do Decreto Municipal nº 199/2023.

10.3 – As razões recursais e as contrarrazões devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

10.4 – O recurso será dirigido à comissão de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.6 – O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

10.7 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

11.1 – O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Diário Oficial do Município, Jornal Diário de Grande Circulação e no sítio eletrônico oficial do Município de Brumadinho, em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis.

12. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 – Após homologação do procedimento de credenciamento, a Central de Compras, Licitações e Contratos poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual.

12.2 – A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

12.3 – O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 05 (cinco) dias.

12.4 – O prazo de que trata o item 12.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

12.5 – O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 12 meses, contados da sua assinatura, podendo ser feita a sua prorrogação nos termos do artigo 107, da Lei 14.133/2021.

12.6 – Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7 – O fornecedor deverá manter durante toda a execução do objeto, bem como em eventuais prorrogações do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas neste edital, cuja comprovação poderá ser exigida a qualquer tempo pelo fiscal do contrato, além do disposto no item 14.3.1(CND que acompanha a NF).

12.7.1 – Na falta de algumas das condições para a prorrogação do Contrato, o caso será analisado pelo gestor do contrato, que deliberará, justificadamente, sobre a aprovação ou não da prorrogação e, em caso positivo, estabelecerá prazo para entrega dos documentos faltantes.

12.8 – O acréscimo ou a diminuição do objeto do contrato administrativo, que ensejar a modificação do valor do contrato, poderá ser feito a qualquer momento, de ofício pela Secretaria requisitante ou por meio de solicitação escrita, pelo contratado, à referida Secretaria, devidamente motivado, que solicitará o respectivo aditivo contratual.

12.8.1 – Fica o fornecedor obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços contratados, até 25% (vinte e

cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

12.8.2 – Nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133/2021, nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, com exceção das supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes

12.9 – É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

12.10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.10.1 - Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as normas regulamentadoras e na sua proposta de adesão, obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados;

12.10.2 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos de qualquer natureza, resultantes da execução dos serviços, bem como as despesas referentes ao transporte e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à prestação dos serviços;

12.10.3 - Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pela Contratante;

12.10.4 - Cumprir os prazos previstos na requisição de serviços, respeitando-se as condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.10.5 - Dar ciência à Contratante, com antecedência mínima de metade do prazo previsto para a entrega, dos motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na requisição de serviços;

12.10.6 - Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

12.10.7 - Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;

12.10.8 - Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

12.10.9 - Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;

12.10.10 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, conforme especificados no Termo de Referência, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas na Lei Federal 14.133/2021.

12.10.11 - Manter todas as condições de habilitação durante o tempo em que permanecer credenciado.

13 - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO

13.1 - A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, através de portaria publicada pela autoridade competente.

13.2 - O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.3 – O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.4 - O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13.5 – A gestão da contratação a ser realizada ficará a cargo de servidor designado pela autoridade competente o âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

13.5.1 – Caberá ao gestor do contrato gerenciar o mesmo, de modo a acompanhar a fiscalização, acompanhamento e verificação sua perfeita execução nos moldes atestados pelo fiscal, em todas as fases, até o recebimento do objeto.

13.6 – O gestor e o fiscal deverão adotar todas providências necessárias para a regular execução do contrato.

13.7 – Assim, além das atividades já descritas, precisam realizar:

13.7.1 – Ações para garantir a continuidade do contrato (prorrogação, alteração, extinção e nova contratação);

13.7.2 - Comunicação e cobrança formais e por escrito à contratada sobre alguma regularização necessária;

13.7.3 - Dar ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências importantes;

13.7.4 - Abrir processo sancionatório, e se necessário, aplicar penalidades;

13.7.5 - Fornecer informações e dados para atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação e divulgação dos dados no Portal da Transparência;

13.7.6 - Monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de integridade das empresas contratadas, entre outras necessárias a devida execução do objeto contratado.

14. DOS VALORES E DO PAGAMENTO

14.1 – A prestação dos serviços contratados será remunerada de acordo com os valores constantes da Tabela presente no item 3.3 do Edital, cuja aceitação deverá ser expressa por meio Eletrônico;

14.2 – O valor fixado para a remuneração de cada item poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica, quando então será atualizada a Tabela do item 3.3 do Edital.

14.3 – O pagamento será efetuado pelo órgão licitante em até 10 (dez) dias úteis da apresentação e aprovação da Nota Fiscal, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.

14.3.1 - A nota fiscal deverá estar acompanhada de prova de manutenção das condições de habilitação do fornecedor, com a apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de não conclusão do pagamento;

14.4 - O pagamento será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal e/ou no ato de credenciamento, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.5 - Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

14.6 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Licitante.

14.7 – Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

14.8 - Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o órgão licitante.

15 – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA

15.1 – O desembolso se fará mediante a rubrica da dotação orçamentária nº 02007.002.10.301.0031.2.101 - 02007.003.10.302.0032.2.045 - 02007.007.10.302.0032.2.222; 3.3.90.39. Fonte de recurso: 500.000.1002, 621.000.000, 659.016.000, ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o Órgão, conforme Estimativa Orçamentária e Financeira, emitida pelas áreas competentes.

16 – DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO

16.1 - O Contrato Administrativo poderá ser rescindido unilateralmente, a critério do Contratante, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, em qualquer momento, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie e sem prejuízo da aplicação de penalidades, quando for o caso, nas seguintes hipóteses:

I - Pelo não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

II - Pelo atraso injustificado no início da entrega dos produtos;

III - Pela paralisação na execução do objeto sem justa causa;

IV - Pela existência de reclamações dos destinatários da entrega em relação ao atendimento, cuja natureza, gravidade ou reincidência justifique a medida;



V - Pela subcontratação não autorizada no Contrato, total ou parcial, cessão ou transferência do objeto ajustado, assim como cisão, fusão ou incorporação que afetem a execução do que foi pactuado;

VI - Pelo não atendimento às determinações regulamentares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, como também a de seus superiores;

VII - Pelo cometimento reiterado de faltas na execução do objeto, anotadas na forma do parágrafo 1º, do art. 117, da Lei nº 14.133/2021;

VIII - Por razões de interesse público;

IX - Pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impositivo da execução contratual;

X - Por deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o cadastramento;

XI - Pelos demais motivos previstos na legislação referente às licitações e contratos administrativos;

XII - Por iniciativa unilateral do Município, objetivando bem atender a população.

16.2 - Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo Contratado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3 - Fica assegurado ao Contratado o direito ao contraditório, sendo avaliadas suas razões pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio que opinará em 05 (cinco) dias úteis e as submeterá à Secretária Municipal de Administração para tomada de decisão.

17. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO

17.1 - Nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a Prefeitura Municipal de Brumadinho poderá revogar o presente Credenciamento e os contratos dele decorrentes, no todo ou em parte, por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-los por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, devendo o ato ser publicado no Diário Oficial do Município, sem que assista aos contratados direito à indenização.

17.2 – Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.1 - A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

17.2.1.1 - Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

17.2.2 - A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

17.2.3 - A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.



17.2.4 - Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

17.3 – A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

17.4 - A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.5 - A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal.

17.6 - Será realizado o descredenciamento quando houver:

17.6.1 - pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 30 dias de antecedência;

17.6.2 - perda das condições de habilitação do credenciado;

17.6.3 - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

17.6.4 - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

17.7 - O pedido de descredenciamento de que trata o item 17.6.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

17.8 - Nas hipóteses previstas nos subitens 17.6.2 e 17.6.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

17.9 - Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

17.10 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

18. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

18.1 – O presente edital terá prazo de vigência de 12 meses, a contar da data da publicação do edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial do Município de Brumadinho.

19. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

19.1 - Os interessados devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:



I - Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

II - Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

IV - Prática obstrutiva: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

V - Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

20 – DA APLICAÇÃO DA LGPD E À POLÍTICA DE SEGURANÇA

20.1 - As partes deverão cumprir o disposto na Lei Federal n. 13.709/2018 comumente chamada de Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

20.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

20.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

20.4 - A Administração Municipal deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os subcontratos firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

20.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

20.6 - É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

20.6.1 - Os representantes da CONTRATADA e os funcionários designados a realizar o tratamento de dados pessoais deverão assinar termo de ciência e de responsabilidade de cumprimento da LGPD, conforme Anexo II do Edital.

20.7 - A CONTRATADA deverá exigir das subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



20.8 - O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

20.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

20.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados nos termos do art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

20.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração Pública nas hipóteses previstas na LGPD.

20.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial por meio de parecer técnico chancelado pela Controladoria Interna do Município, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1 – O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1.1 – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 – Dar causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

21.1.8 – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

21.1.9 – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



21.1.12 – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3 – O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1 – Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.3.2 – Multa, cujo valor será calculado com base na complexidade do objeto e prejuízos apurados mediante Processo Administrativo Sancionador, até o limite de 30% do valor do contrato;

21.4 – Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até dois anos;

21.4.1 – Impedimento de licitar e de contratar com o órgão licitante pelo prazo de até cinco anos.

21.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

21.6 – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Disciplinar.

21.8 – A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9 – O processamento do Processo Administrativo Disciplinar não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por fornecedor, com ou sem a participação de agente público.

21.10 – Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.





21.11 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

21.12 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.2 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.3 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.4 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal Eletrônico <http://www.licitardigital.com.br> ou <https://novo.brumadinho.mg.gov.br/portal/licitacao/lista>.

22.5 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.5.1 - ANEXO I – Termo de Referência

22.5.2 - ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

22.5.3 - ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Brumadinho, 01 de novembro de 2024

Eduardo Diniz Callegari
Secretário Municipal de Saúde





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CREDENCIAMENTO Nº 02/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2024

1 - DO OBJETO:

Credenciamento de pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, para prestação de serviços de atenção à saúde, que tenham interesse em executar serviços de realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação ou com pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador SUS, pelo prazo de 12 meses.

2. DO ÓRGÃO CONTRATANTE

2.1. Secretaria Municipal de Saúde de Brumadinho MG.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL:

O Credenciamento está pautado na inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, prevista no *caput* do art. 74 da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº199 de 13 de novembro de 2023, uma vez que a interpretação da expressão “inviabilidade de competição”, conforme suscitado, deve ser mais ampla do que a mera ideia de fornecedor exclusivo. Neste contexto, pode-se dizer que é viável e vantajosa para Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas, conforme previsto no art.79 inciso I da Lei 14.133/2021.

4 - DA JUSTIFICATIVA:

É sabido que o Sistema Único de Saúde (SUS) orienta-se pelos princípios da universalidade e integralidade do atendimento. Por consequência destas premissas, é obrigação do Estado ofertar atendimento amplo e exauriente, capaz de satisfazer todas as necessidades apresentadas em um dado território. Em que pese tratar-se de dever inarredável, é cediço que a prestação do serviço de saúde é sempre permeada por uma tensão entre as exigências da população e os recursos finitos da Administração. Para lidar com este embate entre o mínimo existencial e a reserva do possível, incumbe ao ente público imprimir eficiência aos seus serviços, buscando alternativas que permitam alcançar a prestação mais ampla com o menor dispêndio. Cita:

Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, *caput* e art. 196) ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo – uma vez configurado esse dilema – que razões de ética jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e saúde humanas.

(Recurso Extraordinário (RE) 1148609. Relator: Celso de Mello).

O que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus





membros (...) o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração.

(MEIRELLES, Hely Lopes. 1996, p. 90).

Os exames/procedimentos são de extrema necessidade, pois asseguram a continuidade de assistência aos pacientes que necessitam destes, sendo assim, a presente contratação se faz necessário, portanto, à medida que o município de Brumadinho não possui estabelecimento de saúde com a especialização necessária para realização dos procedimentos médicos complementares demonstrados no item 5.3 desse Termo de Referência, além de inexistir pactuação em quantitativo suficiente para atender integralmente à demanda municipal.

Os quantitativos estimados neste Termo de Referência, referem-se às demandas de exames complementares já existentes e quantitativos médios mensais estimados pelo Setor de Controle, Avaliação e Regulação da Secretaria de Saúde para os exames novos a serem disponibilizados para população.

5 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1- A CREDENCIADA deverá ter sede ou filial para execução dos procedimentos em região bem servida de serviço de transporte coletivo metropolitano, na região metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, com facilidade de acesso para locomoção dos pacientes.

5. 2 - O local de realização dos procedimentos deverá possuir estrutura de acessibilidade para usuários com necessidades especiais, incluindo cadeirantes.

6 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1 - A CREDENCIADA realizará os procedimentos de acordo com pedidos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante carimbo e assinatura do Médico Auditor designado pelo Setor de Controle e Avaliação – SMS/Brumadinho.

6.2 - O prazo para realização dos procedimentos após a autorização expedida pelo Setor de Controle e Avaliação será de 6 dias.

6.3 - O prazo para o AGENDAMENTO dos procedimentos começa a contar a partir da confirmação do recebimento da Ordem de fornecimento. O **CREDENCIADO** tem até 12 horas para confirmar o recebimento e agendar o procedimento, no caso de regime normal, em no máximo 6 (seis) dias.

6.4 - Se o regime for de urgência ou extrema urgência, o **CREDENCIADO** tem até 4 horas para confirmar o recebimento da ordem de fornecimento e agendar o procedimento em no máximo 02 (dois) dias.

6.5 - A suspensão de qualquer procedimento deverá ser justificada oficialmente e comunicada ao setor de Controle, Avaliação e Regulação – SMS/Brumadinho, com a maior brevidade possível e, informando, ainda, o prazo estimado para retomada da realização dos procedimentos, sob pena de notificação.

6.6 - A empresa deverá executar os exames/ procedimentos de acordo com os valores contidos na tabela deste Termo de Referência. Tais valores seguem aqueles descritos na Tabela SUS – para procedimentos que estão na tabela SIGTAP, ou média de valores previamente orçados pelas empresas prestadoras previamente.



6.7 - A reposição dos insumos e materiais utilizados é de responsabilidade da Credenciada.

7 - DAS ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS SERVIÇOS, QUANTIDADE E VALOR:

7.1 - Os preços a serem pagos base na tabela SIGTAP e para os itens, 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 29, 30, 31, 32 e 33 foram realizadas no PNCP e fornecedores, pois não são procedimentos realizados pelo SUS, com relação ao item 34 o mesmo encontra-se previsto na tabela SUS, mas com valores zerados, sendo impossível a utilização da tabela como forma de cotação.

7.2 - O valor Total Estimado do Credenciamento é estimado **R\$ 1.255.568,93 (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos)**. Os quantitativos estimados constantes das Tabelas de Procedimentos serão reduzidos à medida que forem realizados os procedimentos, de forma que a cada novo credenciamento, após os tramites contratuais, possa realizar os procedimentos, de acordo com a demanda do Setor de Controle, Avaliação e Regulação da SMS.

7.3 - Os **CREDENCIADOS** deverão ser aptos para **executar os serviços de realização de exames médicos complementares, conforme especificações e quantidades estimadas**, conforme planilha:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SIGTAP	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN INFERIOR/PELVE - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	60	R\$ 611,81	R\$ 36.708,60
2	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste em um exame que avalia a parte superior do abdômen, com destaque para a circulação venosa no fígado, baço, vesícula e vias biliares, rins e glândulas adrenais. Com isso, é possível observar a circulação do sangue em veias que circulam na porção superior do abdome.	*	UN	60	R\$ 716,83	R\$ 43.009,80
3	ANGIORESSONANCIA CEREBRAL - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.01.001-3	UN	100	R\$ 268,75	R\$ 26.875,00
4	ANGIORESSONANCIA DA AORTA ABDOMINAL - consiste em um exame que estuda artérias e veias de forma não invasiva, onde as estruturas do sistema	*	UN	60	R\$ 776,47	R\$ 46.588,20

	vascular são avaliadas através da emissão de ondas magnéticas.					
5	ANGIOTOMOGRAFIA DO ABDOMEN INFERIOR/PELVE - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 639,50	R\$ 6.395,00
6	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 658,63	R\$ 6.586,30
7	ANGIOTOMOGRAFIA DO CRANIO - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 590,99	R\$ 5.909,90
8	ANGIOTOMOGRAFIA DO TORAX - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 581,56	R\$ 5.815,60
9	APLICAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um líquido utilizado para facilitar a observação de tecidos internos do paciente, fornecendo uma imagem de qualidade para o diagnóstico médico. Pode ser administrado por diversas vias oral ou no interior das veias as mais comumente utilizadas.	*	UN	200	R\$ 137,66	R\$ 27.532,00
10	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.03.002-6	UN	10	R\$ 77,28	R\$ 772,80
11	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ STRESS - Consiste no exame de medicina nuclear não invasivo associado à esteira ergométrica ou equivalente com uso de medicamentos específicos (teste farmacológico) tem a finalidade de avaliar a irrigação sanguínea e a capacidade	02.08.01.002-5	UN	120	R\$ 408,52	R\$ 49.022,40

	funcional do coração frente ao estresse ou estímulo farmacológico.					
12	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ REPOUSO - é a cintilografia do miocárdio que realizada em situação de repouso, ou com o paciente realizando atividades simples como se locomover, assistir à TV ou lendo e que vai avaliar a função coronariana.	02.08.01.003-3	UN	120	R\$ 383,07	R\$ 45.968,40
13	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA) - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.04.005-6	UN	6	R\$ 133,03	R\$ 798,18
14	CINTILOGRAFIA ÓSSEA - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco	02.08.05.003-5	UN	15	R\$ 190,99	R\$ 2.864,85
15	DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES E/OU FEMUR) - é o exame por imagem que permite medir a densidade mineral óssea e comparar com padrões para idade e sexo. As imagens para diagnóstico são do fêmur e da coluna vertebral (e pode incluir região distal do rádio e o corpo inteiro em situações especiais) avalia a presença e o grau da osteoporose	02.04.06.002-8	UN	50	R\$ 55,10	R\$ 2.755,00
16	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ABDOMEM SUPERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da região superior do abdômen.	02.07.03.001-4	UN	250	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50
17	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL) - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste	02.07.01.002-1	UN	20	R\$ 268,75	R\$ 5.375,00

	caso das articulações temporo-mandibulares.					
18	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA BACIA / PELVE / ABDOMEM INFERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da bacia, pelve, abdômen inferior, ou vias urinárias.	02.07.03.002-2	UN	250	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50
19	RESSONANCIA MAGNETICA CARDIACA MORFOLOGICA E FUNCIONAL - trata-se do estudo completo do coração, avaliando sua estrutura, irrigação sanguínea e comportamento quando submetido a estresse, quando o coração é levado a bater de forma acelerada e rápida.	*	UN	30	R\$ 1.015,54	R\$ 30.466,20
20	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA CERVICAL/ PESCOÇO -consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.01.003-0	UN	160	R\$ 268,75	R\$ 43.000,00
21	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA LOMBO SACRA - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região lombo-sacra.	02.07.01.004-8	UN	220	R\$ 268,75	R\$ 59.125,00
22	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA TORACICA - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região torácica.	02.07.01.005-6	UN	100	R\$ 268,75	R\$ 26.875,00
23	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CRÂNIO - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da cabeça/crânio.	02.07.01.006-4	UN	300	R\$ 268,75	R\$ 80.625,00

24	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO INFERIOR UNILATERAL - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Corresponde ao estudo da articulação coxofemoral, coxa, joelho, perna, tornozelo e pé de cada membro inferior.	02.07.03. 003-0	UN	350	R\$ 268,75	R\$ 94.062,50
25	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	02.07.02. 002-7	UN	250	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50
26	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SELA TÚRCICA - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.01. 007-2	UN	30	R\$ 268,75	R\$ 8.062,50
27	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TÓRAX - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.02. 003-5	UN	20	R\$ 268,75	R\$ 5.375,00
28	RESSONANCIA MAGNETICA VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA - Consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.03. 004-9	UN	50	R\$ 268,75	R\$ 13.437,50
29	RESSONANCIA MAGNETICA DA PROSTATA - É um exame de imagem não invasivo usado para avaliar patologias na próstata, a glândula sexual dos homens. Por meio da técnica de Ressonância Magnética, temos imagens mais detalhadas do pênis e estruturas próximas. Por vezes, usa-se contraste, para imagens mais claras da região.	*	UN	150	R\$ 838,50	R\$ 125.775,00
30	RESSONANCIA MAGNETICA DO OUVIDO - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	*	UN	150	R\$ 616,96	R\$ 92.544,00

31	SEDAÇÃO PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um medicamento intravenosa podendo ser administrado pela veia, pela boca (oral), ou através de uma máscara fácil (inalaria).	*	UN	150	R\$ 491,80	R\$ 73.770,00
32	TESTE DE CONTATO ALERGICO - consiste na aplicação de pequenas quantidades de substâncias no antebraço do paciente e na observação da reação cutânea. Esse teste é fundamental para o diagnóstico e tratamento de alergias de contato, e pode ser realizado por dermatologistas ou alergologistas.	*	UN	10	R\$ 369,45	R\$ 3.694,50
33	URETROCISTOGRAFIA MICIAL - avalia o tamanho e a forma da bexiga e da uretra, que é o canal por onde sai a urina. Esse procedimento é indicado principalmente para pesquisar se uma criança tem refluxo vesico ureteral — condição em que a urina da bexiga volta para cima, em sentido inverso, muitas vezes até os rins.	*	UN	60	R\$ 611,87	R\$ 36.712,20
34	RAIOS X PANORAMICO – consiste na realização de procedimento utilizando a técnica de exame de imagem com raio x, proporciona uma imagem que permite distinguir as estruturas e tecidos com propriedades diferentes de toda coluna vertebrais desde a cervical até o cox.	02.04.02.013-1	UN	300	R\$ 158,35	R\$ 47.505,00
TOTAL		Valor total estimado R\$ 1.255.568,93				

*Não foi possível utilizar como parâmetro para contratação a tabela SUS para os itens 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 29, 30, 31, 32 e 33, visto que estes itens não constam na tabela SUS, com relação ao item 34, o mesmo encontra-se previsto na tabela SUS, mas com valores zerados

7.4 - Em relação ao item 34 informamos que embora o referido item consta na tabela SUS, o mesmo encontra-se previsto na tabela SUS, mas com valores zerados, necessitando a apuração dos valores, por meio de cotações no PNCP, Banco de Preços, Licitacão Digital, Consórcio Público ICISMEP, Credenciamento nº02/2022 – realizado pelo Município, Ata do Estado do Rio de Janeiro e fornecedores

7.5 - Sendo assim considerando a demanda do município, bem como, a falta de disponibilidade de agendamento de exames via SUS, optou se por observar a prática de mercado, bem como, em instruções congêneres para balizar o preço médio dos procedimentos, que não constam na tabela SUS.

7.6 - Os quantitativos fixados na planilha de descrição dos exames, serão divididos entre as empresas Credenciadas, na forma de rodízio, sendo reprogramados conforme a execução dos procedimentos a cada nova sessão de credenciamento.



7.7 - Pela prestação de serviços objeto do presente credenciamento, a CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA o valor unitário constante da tabela do item 5, multiplicado pelo quantitativo de procedimento que tiver sido prestado o serviço

8. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

8.1. Os serviços a serem contratados possuem **natureza comum** pelo fato de sua escolha poder ser feita tão somente com base nos preços ofertados face as especificações usuais e não necessitam de avaliação minuciosa, pois são encontrados facilmente no mercado.

8.2. É considerado bem comum, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133 de 2021, no qual conceitua que *“bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado”*.

8.3. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre entes que caracteriza personalidade e subordinação direta.

9. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

9.2. Não serão necessárias adequações ao ambiente do órgão, tendo em vista que a prestação dos serviços deverá ocorrer na sede da Credenciada.

10 - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - Não será permitido subcontratação.

11. DOS CRITÉRIOS DA CONTRATAÇÃO

11.1. O prazo de vigência é de 12 meses.

11.2. Modalidade de Contratação: Credenciamento na forma eletrônica, por meio de Chamamento Público, previsto na Lei 14.133/2021.

11.3. Tipo de Licitação: Preço por ITEM.

11.4. Informações Essenciais:

11.4.1. Exclusividade/Benefício ME/EPP: haverá exclusividade de participação conforme Lei 123/2006.

11.4.2. Participação de Consórcios ou Empresas Estrangeira: não será permitida a participação de Consórcios e empresas estrangeiras, considerando que se trata de item comum de mercado, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado. É bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos desta natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

11.4.3. Forma de Fornecimento: Sob demanda

12. DO MODO DE DISPUTA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO



12.1. Não se aplica, tendo em vista que não haverá disputa, por se tratar de Credenciamento, os valores a serem contratados, encontra-se previstos no item 6 desse Termo de Referência.

13. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA A DESPESA.

13.1. O desembolso se fará mediante a rubrica das dotações orçamentárias 02007.002.10.301.0031.2.101/02007.003.10.302.0032.2.045/02007.007.10.302.003 2.2.222.3.3.90.39, Fontes de Recursos: 500.000.1002, 621.000.0000, 659.016.0000, correndo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o Órgão, conforme Estimativa Orçamentária e Financeira, emitida pelas áreas competentes.

14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. Com fundamento na LEI Nº14.133/2021, e mediante a utilização de Chamamento Público, regulamentado pelo DECRETO MUNICIPAL Nº 199/2023.

15 – DO CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

15.1 – Nos termos do art. 31, §3º, do Decreto Municipal nº199 de 13 de novembro de 2023, a ordem de contratação dos credenciados ocorrerá por meio de sorteio por objeto, de modo que a distribuição ocorra por padrões estritamente impessoais e aleatórios, formando uma lista para ordem de chamada para execução do objeto.

15.2 – A empresa Credenciada só será chamada para executar novo objeto após os demais credenciados, que já estejam na lista, forem chamados.

15.3 – A qualquer tempo uma empresa interessada poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o sorteio, será posicionado logo após o credenciado com menor número de demandas.

16 – DO CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

16.1 - Na distribuição dos quantitativos de exames para cada prestador credenciado serão considerados os seguintes critérios:

16.1.1- Os quantitativos, previstos no Edital, serão distribuídos, de forma isonômica, entre os prestadores credenciados;

16.1.2 - Para o encaminhamento será observado o número de prestadores credenciados, distribuindo de forma isonômica os exames/procedimentos, dentro da sequência ordinária, observando a capacidade instalada e a disponibilidade de cada prestador, conforme quantitativos pactuados no credenciamento.

17 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO:

17.2 - A proposta deverá conter os seguintes elementos técnicos:

17.3 - Planilha de especificações básicas dos procedimentos, a qual deverá ficar discriminada quantidades, preços unitários e totais dos procedimentos, conforme Tabela de Procedimento, de acordo com a cláusula 6 desse Termo de Referência, que deverão observar as especificações relativas a cada item constantes na planilha que será considerada para efeito aceitabilidade para Credenciamento.



17.4 - Constar declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva prestação dos serviços ofertados.

17.5 - A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste Termo de Referência de credenciamento será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a proponente pleitear acréscimo.

17.6 - Prazo de validade da proposta de adesão de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados do recebimento dos envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTAS DE ADESÃO.

17.7 - A apresentação da proposta de adesão vincula o proponente, sujeitando-o, integralmente, às condições deste credenciamento.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado neste Termo de Referência

19 - DA HABILITAÇÃO

19.1- Será exigido para fins de análise de aptidão da empresa para contratar com esta municipalidade os documentos de habilitação previstos no art. 62 da Lei 14.133/21, ABAIXO RELACIONADO:

19.1.1- JURÍDICA;

a - Registro comercial, no caso de empresa individual.

b - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.

c - O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.

d - No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.

e - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

f - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

19.1.2 - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a - Prova de regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



c - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

d - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município.

e - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

f - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

19.1.3 - ECONÔMICO-FINANCEIRA

a - Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b - Para empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, deve ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

20 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1 - Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação:

20.1.1 - Declaração de que a empresa disponibilizará profissionais especialistas em número suficiente para atender ao quantitativo de procedimentos do prazo estabelecido do edital;

20.1.2 - Declaração de que a empresa atende as normativas radiológicas, RDC Nº 611/2022 e da Vigilância Sanitária.

20.2 - Deverá ser apresentado pelas participantes, comprovação de qualificação técnica para execução dos serviços através dos seguintes documentos:

a. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

b. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Medicina ou na entidade profissional competente da empresa e dos responsáveis técnicos da licitante;

c. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária, referente ao estabelecimento da sede da interessada, em vigor na data de abertura do certame.

21 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1 - A Contratada deverá ter sede ou filial para execução dos procedimentos em região bem servida de serviço de transporte coletivo metropolitano, na região metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, com facilidade de acesso para locomoção dos pacientes.

21.2 - O local de realização dos procedimentos deverá possuir estrutura de acessibilidade para usuários com necessidades especiais, incluindo cadeirantes.

22 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

22.1 - A Contratada realizará os procedimentos de acordo com pedidos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante carimbo e assinatura do Médico Auditor designado pelo Setor de Controle e Avaliação – SMS/Brumadinho.

22.2 - A suspensão de qualquer procedimento deverá ser justificada oficialmente e comunicada ao setor de Controle, Avaliação e Regulação – SMS/Brumadinho, com a maior brevidade possível e, informando, ainda, o prazo estimado para retomada da realização dos procedimentos, sob pena de notificação.

22.3 - A empresa deverá executar os exames/ procedimentos de acordo com os valores contidos na tabela deste Termo de Referência. Tais valores seguem aqueles descritos na Tabela SUS – para procedimentos que estão na tabela SIGTAP, ou média de valores previamente orçados pelas empresas prestadoras previamente.

22.4 - A reposição dos insumos e materiais utilizados é de responsabilidade da Contratada.

23 – DOS PRAZOS

23.1 - O prazo para realização dos procedimentos após a autorização expedida pelo Setor de Controle e Avaliação será de 6 (seis) dias corridos.

23.2 - O prazo para o AGENDAMENTO dos procedimentos começa a contar a partir da confirmação do recebimento da Ordem de fornecimento. A Contratada tem até 12 horas para confirmar o recebimento e agendar o procedimento, no caso de regime normal, em no máximo 6 (seis) dias.

23.2 - Se o regime for de urgência ou extrema urgência, a empresa tem até 4 horas para confirmar o recebimento da ordem de fornecimento e agendar o procedimento em no máximo 02 (dois) dias, não podendo haver prorrogação.

24 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1 - Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as normas regulamentadoras e na sua proposta de adesão, obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados;

24.2- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos de qualquer natureza, resultantes da execução dos serviços, bem como as despesas referentes ao transporte e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à prestação dos serviços;

24.3 - Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pela Contratante;

24.4 - Cumprir os prazos previstos na requisição de serviços, respeitando-se as condições deste Termo de Referência;

24.5 - Dar ciência à Contratante, com antecedência mínima de metade do prazo previsto para a entrega, dos motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na requisição de serviços;

24.6 - Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

24.7 - Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;

24.8 - Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

24.9 - Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;

24.10 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, conforme especificados neste Termo de Referência, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no Lei Federal 14.133/2021.

24.11 - Manter todas as condições de habilitação durante o tempo em que permanecer credenciado.

25 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

25.1 - São obrigações do CREDENCIANTE:

a) Emitir a Nota de Empenho observando-se a Tabela de Preços e Procedimentos definida no item 5 deste Termo de Referência;

b) Colocar à disposição do **CREDENCIADO** todas as informações necessárias à execução dos serviços;

c) Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao **CREDENCIADO** as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

d) Atestar a execução do objeto por meio de servidor(es) especificamente designado(s);

e) Efetuar o pagamento dos serviços realizados pelo **CREDENCIADO** de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, especialmente a Tabela de Procedimento da SMS, constante neste edital, e na legislação vigente.

26. DAS ALTERAÇÃO SUBJETIVA

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

27. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

27.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

27.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

27.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

28 - DO PAGAMENTO:

28.1 - O pagamento será efetuado até o dia 10 (dez) dias subsequentes à prestação dos serviços e apresentação da respectiva nota fiscal/faturas no setor competente da Secretaria Municipal de Saúde.

28.2 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CREDENCIADA e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

28.3 - A nota fiscal/fatura deverá mencionar no seu corpo a referência ao processo que lhe deu origem, obedecendo aos preceitos do Edital.

28.4 - A nota fiscal deverá ser emitida nos exatos termos da planilha/proposta de adesão, sem exceder ou suprimir nenhum centavo, inclusive mencionando em seu corpo o presente processo, sob pena de devolução.

28.5 - O CNPJ do Documento Fiscal deverá ser o mesmo dos documentos apresentados na fase de habilitação, não sendo aceito CNPJ diferente, nem mesmo filial.

28.6 - Para efeito de pagamento, a Credenciada deverá apresentar a Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN - referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU – Port. 358, de 05.09.2014, o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90), bem como a Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas.

28.7 - Nenhum pagamento será efetuado à Credenciada caso os documentos especificados no subitem anterior estejam com prazo de validade vencido, bem como se houver pendência de liquidação de qualquer obrigação que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, o que, em razão destes fatos, impossibilitar-se-á o pleito ao reajustamento de preço e correção monetária.

28.8 - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Fundo Municipal de Saúde de Brumadinho em favor da Credenciada. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

29- DAS PENALIDADES

29.1 - CREDENCIADA que inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções e ao pagamento de multas, previstas, conforme o caso, nos termos da Lei Nº 14.133/2021.

30 - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD E À POLÍTICA DE SEGURANÇA



30.1. As partes deverão cumprir o disposto na Lei Federal n. 13.709/2018 comumente chamada de Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

30.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

30.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

30.4. A Administração Municipal deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os subcontratos firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

30.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

30.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

30.6.1. Os representantes da CONTRATADA e os funcionários designados a realizar o tratamento de dados pessoais deverão assinar termo de ciência e de responsabilidade de cumprimento da LGPD, conforme Anexo II do Edital.

30.7. A CONTRATADA deverá exigir das subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

29.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

30.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

30.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados nos termos do art. 37 da LGPD, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

30.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração Pública nas hipóteses previstas na LGPD.





30.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial por meio de parecer técnico chancelado pela Controladoria Interna do Município, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

31 – DAS SANÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

31.1 – Ficará impedida de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas no Edital e das demais cominações referidas na Lei Federal 14.133/2021, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a)** Deixar de entregar a documentação exigida no Edital;
- b)** Não retirar a nota de empenho;
- c)** Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d)** Ensejar o retardamento da execução dos procedimentos;
- e)** Não manter a proposta de adesão, injustificadamente;
- f)** Falhar ou fraudar na execução dos procedimentos;
- g)** Comportar-se de modo inidôneo;
- h)** Cometer fraude fiscal.

31.2 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Termo de Referência, a SMS poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

- a)** Advertência;
- b)** Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do item ou do pedido de fornecimento;
- c)** Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do item ou do pedido de fornecimento.

31.2.1 – O atraso injustificado na execução, por período superior a 30 (trinta) dias, poderá ensejar o Descredenciamento do proponente.

31.3 – As multas aplicadas serão descontadas dos créditos da detentora ou, na impossibilidade, recolhida no prazo de até 15 (quinze) dias, da data da comunicação oficial e, caso não cumprida, serão cobradas judicialmente.

31.4 – Da aplicação da penalidade prevista nos itens 31.1 e 31.2 caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou fazê-lo subir devidamente informados.

31.5 – As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração de Brumadinho.





ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

CREDENCIAMENTO Nº 02/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2024

ÓRGÃO/SECRETARIA: Secretaria Municipal de Saúde – Departamento de Regulação, Avaliação e Controle

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO: Aline Cruz Milagres

INTRODUÇÃO

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão de base para compor o Termo de Referência ou Projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

Este documento apresenta um estudo técnico preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento para fins de atender a demanda especializada para realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica.

1. BEM/SERVIÇO A SER CONTRATADO/ADQUIRIDO

1.1 - Execução de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação, com pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador, pelo prazo de 12 meses.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. JUSTIFICATIVA:

É sabido que o Sistema Único de Saúde (SUS) orienta-se pelos princípios da universalidade e integralidade do atendimento. Por consequência destas premissas, é obrigação do Estado ofertar atendimento amplo e exauriente, capaz de satisfazer todas as necessidades apresentadas em um dado território. Em que pese tratar-se de dever inarredável, é cediço que a prestação do serviço de saúde é sempre permeada por uma tensão entre as exigências da população e os recursos finitos da Administração. Para lidar com este embate entre o mínimo existencial e a reserva do possível, incumbe ao ente público imprimir eficiência aos seus serviços, buscando alternativas que permitam alcançar a prestação mais ampla com o menor dispêndio. Cita:

Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, caput e art. 196) ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo – uma vez configurado esse dilema – que razões de ética jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e saúde humanas.

(Recurso Extraordinário (RE) 1148609. Relator: Celso de Mello).

O que se impõe a todo o agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e





satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros (...) o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração.

(MEIRELLES, Hely Lopes. 1996, p. 90).

Os exames/procedimentos são de extrema necessidade, pois asseguram a continuidade de assistência aos pacientes que necessitam destes, sendo assim, a presente contratação se faz necessário, portanto, à medida que o município de Brumadinho não possui estabelecimento de saúde com a especialização necessária para realização dos procedimentos médicos complementares demonstrados no item 4.1 desse ETP, além de inexistir pactuação em quantitativo suficiente para atender integralmente à demanda municipal.

Os quantitativos estimados neste Estudo Técnico Preliminar, referem-se às demandas de exames complementares já existentes e quantitativos médios mensais estimados pelo Setor de Controle, Avaliação e Regulação da Secretaria de Saúde para os exames novos a serem disponibilizados para população.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais de outros municípios, como por exemplo do município de Araguari - Credenciamento n.º 019/2023 - Processo n.º 326/2023, Município de Monsenhor Paulo - Documento de Formalização da Demanda n.º 066/2024, Município de Paranaíba, entre outros, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades das Secretarias Municipais de Brumadinho, no que concerne a realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica.

A investigação e pesquisas para o tipo de contratação em objetivo, tem a premissa examinar se a necessidade da contratação possui executividade e se há coerência em objeto e fornecedor em relação ao objetivo da presente contratação.

Dentro do presente estudo, foram analisados ainda, a evolução de contratações anteriores deste município, ponderando a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão dos serviços públicos prestados pela Administração.

3.2 – Das Soluções:

I – Solução 1 – Contratação de empresa com ou sem fins lucrativos, para realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador SUS pelo prazo de 12 meses.

II – Solução 2 – Criação de Cargos e posterior contratação de servidores médicos de várias especialidades e aquisição de equipamentos e insumos para realização dos exames e procedimentos médicos.

III – Solução 3 – Contratação de empresa especializada para gerenciamento, operacionalização, como fornecimento de mão de obra e equipamentos.



3.3. Da análise das soluções:

I – Solução 1 – é mais indicada, visto que a realização de procedimento auxiliar para contratação pessoa jurídica para a realização dos exames e procedimentos médicos, torna-se mais vantajoso para o município, pois diante da carência de estabelecimentos que realizem exames/procedimentos no Município, bem como, pela impossibilidade de estruturação do SUS de Brumadinho.

II – Solução 2 – Não é viável, já que a criação de novos cargos públicos de médicos especialistas e a aquisição de equipamentos e insumos, bem como a reestruturação do Sistema SUS de Brumadinho para realização dos exames e procedimentos, torna-se muito oneroso para o município, ademais, neste momento não é possível mensurar o valor do investimento, diante da complexidade na implementação do serviço no SUS do Município de Brumadinho.

III – Solução 3 – Não é viável, pois a contratação de empresa especializada para gerenciamento, operacionalização, com fornecimento de mão de obra, tendo em vista os valores cobrados com encargos trabalhistas e fiscais, implicaria em custos excessivos para o Município que ainda teria que contratar mão de obra especializada para fiscalizar os serviços prestados, sendo que neste momento, não é possível mensurar o valor do investimento, diante da complexidade na implementação do serviços no SUS do Município de Brumadinho.

3.4 DAS POSSÍVEIS FORMAS DE CONTRATAÇÃO

3.4.1 DAS FORMAS:

I – Forma 1 – Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão;

II – Forma 2 – Registrar intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante;

III – Forma 3 – Realizar licitação própria.

3.4.2 DA ANÁLISE:

I – Forma 1 – Não foi encontrada ata de registro de preços disponível, com o item necessários para atender a demanda do Município, para a realização de adesão;

II – Forma 2 – Não foi encontrada intenção de registro de preços disponível para participação;

III – Forma 3 – É possível a realização de licitação, pelo Município.

3.5 PROCESSAMENTO POR MEIO DE PROCEDIMENTO AUXILIAR

Diante da carência de estabelecimentos que realizem exames/procedimentos no Município, bem como, pela impossibilidade de estruturação do SUS de Brumadinho, nota-se que o credenciamento traz algumas praticidades à Administração Pública, pois, evidentemente, desburocratiza suas ações com diminuição do número de procedimentos licitatórios e melhor aproveita os recursos públicos, vez que o preço a ser pago pela prestação do serviço estará previamente definido no próprio ato de chamamento dos interessados.

Na presente contratação, pelas características do serviço a ser adquirido, a natureza do objeto, valor e forma na prestação dos serviços, a melhor maneira para contratação

é por meio do Credenciamento, pois por meio desse procedimento auxiliar, possibilita uma pluralidade de empresas, para prestar os serviços objeto desse ETP.

A Contratação de múltiplas empresas, faz com que o município amplie significativamente sua capacidade de atendimento à população, permitindo que mais cidadãos sejam atendidos em menor tempo. Isso é crucial para reduzir filas de espera e garantir que exames críticos sejam realizados em tempo hábil.

Em situações imprevisíveis, como problemas técnicos ou logísticos enfrentados por uma das empresas credenciadas, a presença de outras opções de empresas credenciadas, garante a continuidade dos serviços, evitando a interrupção do atendimento. Isso proporciona uma maior segurança ao município e aos usuários dos serviços.

Sendo assim, a contratação de mais de uma empresa, permite que os serviços sejam oferecidos em diferentes localidades, facilitando o acesso dos cidadãos aos exames especializados, trazendo uma vantagem, tanto para o município quanto para os pacientes

Cumprido esclarecer que o uso do Credenciamento, vem sendo utilizada na Administração nos últimos anos e o resultado tem sido satisfatório para atender a demanda levantada.

3.6 – DO CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

3.6.1 – Nos termos do art. 31, §3º, do Decreto Municipal nº199 de 13 de novembro de 2023, a ordem de contratação dos credenciados ocorrerá por meio de sorteio por objeto, de modo que a distribuição ocorra por padrões estritamente impessoais e aleatórios, formando uma lista para ordem de chamada para execução do objeto.

3.6.2 – A empresa credenciada só será chamada para executar novo objeto após os demais credenciados, que já estejam na lista, forem chamados.

3.6.3 – A qualquer tempo uma empresa interessada poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o sorteio, será posicionado logo após o credenciado com menor número de demandas.

3.7 – DO CRITÉRIO PARA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

3.7.1 - Na distribuição dos quantitativos de exames para cada prestador credenciado serão considerados os seguintes critérios:

3.7.1.1- Os quantitativos, previstos no Edital, serão distribuídos, de forma isonômica, entre os prestadores credenciados;

3.7.1.2 - Para o encaminhamento será observado o número de prestadores credenciados, distribuindo de forma isonômica os exames/procedimentos, dentro da sequência ordinária, observando a capacidade instalada e a disponibilidade de cada prestador, conforme quantitativos pactuados no credenciamento.

3.7.1.3 – A distribuição isonômica do quantitativo em os contratados se dará, tendo em vista que a grande maioria dos pacientes, utilizam o sistema de transporte fornecido pela Secretaria de Saúde para locomoção até à empresa contratada, dessa forma, o setor de transporte consegue fazer um planejamento prévio das rotas necessárias para atender todos os pacientes.

3.6 DA CONCLUSÃO

O credenciamento está pautado na inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, prevista no caput do art. 79 da Lei 14.133 uma vez que a interpretação da expressão “inviabilidade de competição”, conforme suscitado, deve ser mais ampla do que a mera ideia de fornecedor exclusivo.

Neste contexto, pode-se dizer que a inviabilidade de competição, além da contratação de fornecedor único prevista no inciso I, e, obviamente, pode se dar por contratação de todos, ou seja, nesta hipótese, a inviabilidade de competição não está presente porque existe apenas um fornecedor, mas sim, porque existem vários prestadores do serviço e todos serão.

Diante da carência de estabelecimentos que realizem exames/procedimentos no Município, bem como, pela impossibilidade de estruturação do SUS de Brumadinho, nota-se que o credenciamento traz algumas praticidades à Administração Pública, pois, evidentemente, desburocratiza suas ações com diminuição do número de procedimentos licitatórios e melhor aproveita os recursos públicos, vez que o preço a ser pago pela prestação do serviço estará previamente definido no próprio ato de chamamento dos interessados;

Com o exposto, esta equipe conclui que se deve realizar a abertura de Credenciamento por meio de Processo Administrativo de Chamamento Público, nos termos do art. 6 inciso XLIII e art. 79 parágrafo único da Lei 14.133/2021, nos termos da Forma 3 para a execução da solução 1.

3.7 DA APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

3.7.1 - Nos termos do art. 49, III, da LC nº 123/2006, justifica-se a não aplicação da cota, estabelecida no inciso III, art. 48, tendo em vista que trata-se de contratação de serviços altamente especializados, que demandam equipamentos de alta tecnologia, qualificação técnica avançada dos profissionais e rigorosos controles de qualidade. Esses requisitos muitas vezes ultrapassam a capacidade técnica e operacional das micro e pequenas empresas, abrangidas pela LC 123/2006, além disso, diante da alta demanda na realização dos exames torna-se necessário uma capacidade de atendimento que muitas micro e pequenas empresas não conseguem suprir. Empresas maiores geralmente possuem uma estrutura mais robusta, com capacidade logística e operacional para atender grandes volumes de solicitações

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1 Os quantitativos estimados para esta contratação estão demonstrados na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIGTAP	UNID	QUANT.
1	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN INFERIOR/PELVE - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	60
2	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste em um exame que avalia a parte	*	UN	60

	superior do abdômen, com destaque para a circulação venosa no fígado, baço, vesícula e vias biliares, rins e glândulas adrenais. Com isso, é possível observar a circulação do sangue em veias que circulam na porção superior do abdome.			
3	ANGIORESSONCIA CEREBRAL - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.01.001-3	UN	100
4	ANGIORESSONANCIA DA AORTA ABDOMINAL – consiste em um exame que estuda artérias e veias de forma não invasiva, onde as estruturas do sistema vascular são avaliadas através da emissão de ondas magnéticas.	*	UN	60
5	ANGIOTOMOGRAFIA DO ABDOMEN INFERIOR/PELVE - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10
6	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOMEN SUPERIOR -consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10
7	ANGIOTOMOGRAFA DO CRANIO - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10
8	ANGIOTOMOGRAFIA DO TORAX - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10
9	APLICAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um líquido utilizado para facilitar a observação de tecidos internos do paciente, fornecendo uma imagem de qualidade para o diagnóstico médico. Pode ser administrado por diversas vias oral ou no interior das veias as mais comumente utilizadas.	*	UN	200
10	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.03.002-6	UN	10
11	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ STRESS -Consiste no exame de medicina nuclear não	02.08.01.002-5	UN	120

	invasivo associado à esteira ergométrica ou equivalente com uso de medicamentos específicos (teste farmacológico) tem a finalidade de avaliar a irrigação sanguínea e a capacidade funcional do coração frente ao estresse ou estímulo farmacológico.			
12	CINTILOGRAFIA MIOCÁRDICA C/ REPOUSO - é a cintilografia do miocárdio que realizada em situação de repouso, ou com o paciente realizando atividades simples como se locomover, assistir à TV ou lendo e que vai avaliar a função coronariana.	02.08.01.003-3	UN	120
13	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA) - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.04.005-6	UN	6
14	CINTILOGRAFIA ÓSSEA - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco	02.08.05.003-5	UN	15
15	DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES E/OU FEMUR) - é o exame por imagem que permite medir a densidade mineral óssea e comparar com padrões para idade e sexo. As imagens para diagnóstico são do fêmur e da coluna vertebral (e pode incluir região distal do rádio e o corpo inteiro em situações especiais) avalia a presença e o grau da osteoporose	02.04.06.002-8	UN	50
16	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ABDOMEM SUPERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da região superior do abdômen.	02.07.03.001-4	UN	250
17	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO - MANDIBULAR (BILATERAL) - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso das articulações temporo-mandibulares.	02.07.01.002-1	UN	20
18	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA BACIA / PELVE /ABDOMEM INFERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza	02.07.03.002-2	UN	250

	radiação. Corresponde ao estudo da bacia, pelve, abdômen inferior, ou vias urinárias.			
19	RESSONANCIA MAGNETICA CARDIACA MORFOLOGICA E FUNCIONAL - trata-se do estudo completo do coração, avaliando sua estrutura, irrigação sanguínea e comportamento quando submetido a estresse, quando o coração é levado a bater de forma acelerada e rápida.	*	UN	30
20	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA CERVICAL/ PESCOÇO -consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.01.003-0	UN	160
21	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA LOMBO SACRA - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região lombo-sacra.	02.07.01.004-8	UN	220
22	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COLUNA TORACICA - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região torácica.	02.07.01.005-6	UN	100
23	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA CRÂNIO - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da cabeça/crânio.	02.07.01.006-4	UN	300
24	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO INFERIOR UNILATERAL - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Corresponde ao estudo da articulação coxofemoral, coxa, joelho, perna, tornozelo e pé de cada membro inferior.	02.07.03.003-0	UN	350
25	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	02.07.02.002-7	UN	250
26	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SELA TÚRCICA - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.01.007-2	UN	30
27	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TÓRAX -Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta	02.07.02.003-5	UN	20

	definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.			
28	RESSONANCIA MAGNETICA VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA- Consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.03.004-9	UN	50
29	RESSONANCIA MAGNETICA DA PROSTATA - É um exame de imagem não invasivo usado para avaliar patologias na próstata, a glândula sexual dos homens. Por meio da técnica de Ressonância Magnética, temos imagens mais detalhadas do pênis e estruturas próximas. Por vezes, usa-se contraste, para imagens mais claras da região.	*	UN	150
30	RESSONANCIA MAGNETICA DO OUVIDO - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	*	UN	150
31	SEDAÇÃO PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um medicamento intravenosa podendo ser administrado pela veia, pela boca (oral), ou através de uma máscara fácil (inalaria).	*	UN	150
32	TESTE DE CONTATO ALERGICO - consiste na aplicação de pequenas quantidades de substâncias no antebraço do paciente e na observação da reação cutânea. Esse teste é fundamental para o diagnóstico e tratamento de alergias de contato, e pode ser realizado por dermatologistas ou alergologistas.	*	UN	10
33	URETROCISTOGRAFIA MICIAL - avalia o tamanho e a forma da bexiga e da uretra, que é o canal por onde sai a urina. Esse procedimento é indicado principalmente para pesquisar se uma criança tem refluxo vesico ureteral —condição em que a urina da bexiga volta para cima, em sentido inverso, muitas vezes até os rins.	*	UN	60
34	RAIOS X PANORAMICO – consiste na realização de procedimento utilizando a técnica de exame de imagem com raio x, proporciona uma imagem que permite distinguir as estruturas e tecidos com propriedades diferentes de toda coluna vertebrais desde a cervical até o cox.	02.04.02.013-1	UN	300

Observação: *Não foi possível utilizar como parâmetro para contratação a tabela SUS para os itens 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 29, 30, 3, 32 e 33, visto que estes itens não constam na tabela SUS, com relação ao item 34, o mesmo encontra-se previsto na tabela SUS, mas com valores zerados

5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO



A estimativa do valor da contratação, os preços unitários referenciais e as memórias de cálculo, estão demonstrados na tabela a seguir:

OBS: No detalhamento da estimativa de custo total da contratação foram utilizados como referência de preços obtidos com base na tabela SIGTAP e para os itens, 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 29, 30, 31, 32 e 33, foram realizadas cotações no PNCP, Banco de Preços, Licitar Digital, Consórcio Público ICISMEP, Credenciamento nº02/2022 – realizado pelo Município, Ata do Estado do Rio de Janeiro e fornecedores, pois não são procedimentos realizados pelo SUS, com relação ao item 34 o mesmo encontra-se previsto na tabela SUS, mas com valores zerados, sendo impossível a utilização da tabela do SIGTAP como forma de cotação, conforme planilha aposta aos autos, totalizando o valor médio estimado **R\$ 1.255.568,93** (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), conforme mapa de preços abaixo.

Cabe ressaltar que, para fins de comparação, foram realizadas cotações para verificarmos se o valor da tabela SUS estava mais vantajoso para o município, diante disso, constatou-se que os valores de mercado são superiores aos praticado pela tabela SUS, sendo mais vantajoso para o Município a utilização da tabela SUS disponibilizada pelo SIGTAP.

MAPA COMPARATIVO PREÇO																
ITEM	DESCRIÇÃO	Código SIGTAP	UND	QUANT	SIGTAP	HERMES PARDINI	CLINICA RADIOLOGICA DR. DAVI REZEND / ATA GOBVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NOVA FRIBURG O	CEDUS / IMAI	BANCO DE PREÇOS NP- CNPJ07.7 97 .967./0001 -95	LICITATOR DIGITAL	ICISMEP	PNC P	CDI	Credenciamento - 02/2022- Fundo Municipal de Saúde- Brumadinho- pregão	VL. UNITÁRIO MÉDIO SEM O SIGTAP	VALOR TOTAL MÉDIO COM O SIGTAP
1	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN INFERIOR/PELVE - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	60		R\$ 1.026,00	R\$ 500,00	R\$ 790,00	R\$ 625,00	R\$ 351,65		R\$ 420,00	R\$ 570,00		R\$ 611,81	R\$ 36.708,60
2	ANGIORESSONANCIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste em um exame que avalia a parte superior do abdômen, com destaque para a circulação venosa no fígado, baço, vesícula e vias biliares, rins e glândulas adrenais. Com isso, é possível observar a circulação do sangue em veias que circulam na porção superior do abdome	*	UN	60		R\$ 1.026,00	R\$ 500,00	R\$ 790,00	R\$ 625,00			R\$ 790,00	R\$ 570,00		R\$ 716,83	R\$ 43.009,80





3	ANGIORESSONCIA CEREBRAL - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.01.001-3	UN	100	R\$ 268,75	R\$ 1.026,00	R\$ 525,67	R\$ 295,62	R\$ 460,90	R\$ 525,67	R\$ 570,00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 26.875,00
4	ANGIORESSONNCIA DA AORTA ABDOMINAL - consiste em um exame que estuda artérias e veias de forma não invasiva, onde as estruturas do sistema vascular são avaliadas através da emissão de ondas magnéticas.	*	UN	60	R\$ 858,00	R\$ 790,00	R\$ 1.042,00	R\$ 650,00		R\$ 748,80	R\$ 570,00		R\$ 776,47	R\$ 46.588,20
5	ANGIOTOMOGRAFIA DO ABDOMEN INFERIOR/PELVE - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 858,00	R\$ 790,00	R\$ 340,00				R\$ 570,00		R\$ 639,50	R\$ 6.395,00
6	ANGIOTOMOGRAFIA ABDOMEN SUPERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 858,00	R\$ 790,00	R\$ 761,81	R\$ 510,00		R\$ 381,94	R\$ 650,00		R\$ 658,63	R\$ 6.586,30
7	ANGIOTOMOGRAFIA DO CRANIO - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 858,00		R\$ 685,00	R\$ 380,00		R\$ 381,94	R\$ 650,00		R\$ 590,99	R\$ 5.909,90
8	ANGIOTOMOGRAFIA DO TORAX - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	*	UN	10	R\$ 858,00	R\$ 550,00	R\$ 500,00	R\$ 511,34			R\$ 420,00	R\$ 650,00	R\$ 581,56	R\$ 5.815,60





9	APLICAÇÃO DE CONTRASTE PARA RESSONANCIA MAGNETICA - consiste em um líquido utilizado para facilitar a observação de tecidos internos do paciente, fornecendo uma imagem de qualidade para o diagnóstico médico. Pode ser administrado por diversas vias oral ou no interior das veias as mais comumente utilizadas.	*	UN	200	R\$ 204,00		R\$ 110,00	R\$ 184,82	R\$ 150,00	R\$ 50,60	R\$ 150,00	R\$ 120,00	R\$ 131,85	R\$ 137,66	R\$ 27.532,00
10	CINTILOGRAFIA DE TIREOIDE - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.0 3.002-6	UN	10	R\$ 77,28	R\$ 419,00		R\$ 125,92	R\$ 104,33	R\$ 85,01	R\$ 340,00	R\$ 465,00	R\$ 77,28	R\$ 77,28	R\$ 772,80
11	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ STRESS- Consiste no exame de medicina nuclear não invasivo associado à esteira ergométrica ou equivalente com uso de medicamentos específicos (teste farmacológico) tem a finalidade de avaliar a irrigação sanguínea e a capacidade funcional do coração frente ao estresse ou estímulo farmacológico.	02.08.0 1.002-5	UN	120	R\$ 408,52	R\$ 979,00		R\$ 573,57	R\$ 500,92	R\$ 449,37	R\$ 1.320,00	R\$ 1.305,00		R\$ 408,52	R\$ 49.022,40
12	CINTILOGRAFIA MIOCARDICA C/ REPOUSO - é a cintilografia do miocárdio que realizada em situação de repouso, ou com o paciente realizando atividades simples como se locomover, assistir à TV ou lendo e que vai avaliar a função coronariana.	02.08.0 1.003-3	UN	120	R\$ 383,07	R\$ 979,00		R\$ 884,56	R\$ 860,10	R\$ 421,38	R\$ 1.365,60	R\$ 1.305,00	R\$ 383,07	R\$ 383,07	R\$ 45.968,40
13	CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA) - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco.	02.08.0 4.005-6	UN	6	R\$ 133,03	R\$ 586,00		R\$ 309,00	R\$ 448,29	R\$ 146,33	R\$ 615,60	R\$ 370,00	R\$ 133,03	R\$ 133,03	R\$ 798,18





14	CINTILOGRAFIA ÓSSEA - consiste num método diagnóstico por imagem, onde na tela do computador são geradas fotos ou filmes da distribuição de um rádio fármaco injetado no paciente que podem ser analisadas da forma visual ou quantitativa através de cálculos da concentração e velocidade de movimento desse radio fármaco	02.08.0 5.003-5	UN	15	R\$ 190,99	R\$ 419,00		R\$ 293,54	R\$ 250,03	R\$ 210,09	R\$ 408,52	R\$ 370,00	R\$ 190,99	R\$ 190,99	R\$ 2.864,85
15	DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (VERTEBRAS LOMBARES E/OU FEMUR) - é o exame por imagem que permite medir a densidade mineral óssea e comparar com padrões para idade e sexo. As imagens para diagnóstico são do fêmur e da coluna vertebral (e pode incluir região distal do rádio e o corpo inteiro em situações especiais) avalia a presença e o grau da osteoporose	02.04.0 6.002-8	UN	50	R\$ 55,10	R\$ 199,00	R\$ 220,00	R\$ 140,00	R\$ 171,47	R\$ 150,00	R\$ 186,00	R\$ 140,00		R\$ 55,10	R\$ 2.755,00
16	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ABDOMEM SUPERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da região superior do abdômen.	02.07.0 3.001-4	UN	250	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 550,00	R\$ 360,83	R\$ 295,62	R\$ 440,00	R\$ 278,72	R\$ 670,00		R\$ 268,75	R\$ 67.187,50
17	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL) - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso das articulações temporo-mandibulares.	02.07.0 1.002-1	UN	20	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 480,00	R\$ 315,73	R\$ 295,62	R\$ 385,00	R\$ 278,72	R\$ 450,00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 5.375,00
18	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA BACIA / Pelve / ABDOMEM INFERIOR - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da bacia, pelve, abdômen inferior, ou vias urinárias.	02.07.0 3.002-2	UN	250	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 480,00	R\$ 300,92	R\$ 295,62	R\$ 385,00	R\$ 499,00	R\$ 450,00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50





19	RESSONANCIA MAGNETICA CARDIACA MORFOLOGICA E FUNCIONAL - trata-se do estudo completo do coração, avaliando sua estrutura, irrigação sanguínea e comportamento quando submetido a estresse, quando o coração é levado a bater de forma acelerada e rápida.	*	UN	30	R\$ 909,00			R\$ 966,70	R\$ 900,00		R\$ 1,09 2,00	R\$ 1,21 0,00		R\$ 1.015,5 4	R\$ 30.466, 20
20	RESSONANCIA MAGNETICA COLUMNA CERVICAL/ PESCOÇO -consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.0 1.003-0	UN	160	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 490,00	R\$ 312,92	R\$ 295,62	R\$ 440,00	R\$ 295, 62	R\$ 450, 00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 43.000, 00
21	RESSONANCIA MAGNETICA COLUMNA LOMBO SACRA - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região lombo-sacra.	02.07.0 1.004-8	UN	220	R\$ 268,75	R\$ 909,00		R\$ 344,67	R\$ 359,22	R\$ 440,00	R\$ 278, 72	R\$ 450, 00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 59.125, 00
22	RESSONANCIA MAGNETICA COLUMNA TORACICA - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Corresponde ao estudo da região torácica.	02.07.0 1.005-6	UN	100	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 480,00	R\$ 385,00	R\$ 376,72	R\$ 440,00	R\$ 278, 72	R\$ 450, 00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 26.875, 00
23	RESSONANCIA MAGNETICA CRÂNIO - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação. Neste caso da cabeça/crânio.	02.07.0 1.006-4	UN	300	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 520,00	R\$ 446,00	R\$ 432,00	R\$ 440,00	R\$ 278, 72	R\$ 450, 00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 80.625, 00
24	RESSONANCIA MAGNETICA MEMBRO INFERIOR UNILATERAL - consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Corresponde ao estudo da articulação coxofemoral, coxa, joelho, perna, tornozelo	02.07.0 3.003-0	UN	350	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 550,00	R\$ 295,83	R\$ 288,90	R\$ 385,00	R\$ 278, 72	R\$ 450, 00	R\$ 268,75	R\$ 268,75	R\$ 94.062, 50



	e pé de cada membro inferior.														
25	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA MEMBRO SUPERIOR UNILATERAL - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	02.07.0 2.002-7	UN	250	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 550,00	R\$ 304,79	R\$ 288,90	R\$ 385,00	R\$ 278,72	R\$ 450,00	R\$ 268,75	R\$ 67.187,50	
26	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA SELA TÚRCICA - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.0 1.007-2	UN	30	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 490,00	R\$ 403,33	R\$ 295,62	R\$ 385,00	R\$ 278,72	R\$ 450,00	R\$ 268,75	R\$ 8.062,50	
27	RESSONÂNCIA MAGNÉTICA TÓRAX - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência. Não utiliza radiação.	02.07.0 2.003-5	UN	20	R\$ 268,75	R\$ 909,00	R\$ 490,00	R\$ 302,58	R\$ 376,72	R\$ 405,90	R\$ 278,72	R\$ 450,00	R\$ 268,75	R\$ 5.375,00	
28	RESSONANCIA MAGNETICA VIAS BILIARES/COLANGIO RESSONANCIA- Consiste no exame para diagnóstico que gera imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, utilizando forte campo magnético e ondas de rádio frequência.	02.07.0 3.004-9	UN	50	R\$ 268,75	R\$ 900,00	R\$ 560,00	R\$ 272,17	R\$ 295,62	R\$ 385,00	R\$ 700,00	R\$ 450,00	R\$ 268,75	R\$ 13.437,50	
29	RESSONANCIA MAGNETICA DA PROSTATA - É um exame de imagem não invasivo usado para avaliar patologias na próstata, a glândula sexual dos homens. Por meio da técnica de Ressonância Magnética, temos imagens mais detalhadas do pênis e estruturas próximas. Por vezes, usa-se contraste, para imagens mais claras da região.	*	UN	150		R\$ 1.154,00	R\$ 680,00	R\$ 877,00	R\$ 865,00		R\$ 650,00	R\$ 805,00	R\$ 838,50	R\$ 125.775,00	

30	RESSONANCIA MAGNETICA DO OUVIDO - Consiste no exame para diagnóstico que retrata imagens de alta definição dos órgãos de qualquer parte do interior do corpo humano, através da utilização de forte campo magnético e ondas de rádio frequência	*	UN	150		R\$ 909,00		R\$ 490,00	R\$ 555,80	R\$ 680,00			R\$ 450,00		R\$ 616,96	R\$ 92.544,00	
31	SEDAÇÃO PARA RESSONANCIA MAGNETICA – consiste em um medicamento intravenosa podendo ser administrado pela veia, pela boca (oral), ou através de uma máscara fácil (inalaria).	*	UN	150		R\$ 660,00			R\$ 608,00	R\$ 331,00			R\$ 300,00	R\$ 560,00		R\$ 491,80	R\$ 73.770,00
32	TESTE DE CONTATO ALERGICO - consiste na aplicação de pequenas quantidades de substâncias no antebraço do paciente e na observação da reação cutânea. Esse teste é fundamental para o diagnóstico e tratamento de alergias de contato, e pode ser realizado por dermatologistas ou alergologistas.	*	UN	10				R\$ 600,00	R\$ 302,83	R\$ 274,95			R\$ 300,00			R\$ 369,45	R\$ 3.694,50
33	URETROCISTOGRAFIA MICONAL - avalia o tamanho e a forma da bexiga e da uretra, que é o canal por onde sai a urina. Esse procedimento é indicado principalmente para pesquisar se uma criança tem refluxo vesico ureteral — condição em que a urina da bexiga volta para cima, em sentido inverso, muitas vezes até os rins.	*	UN	60		R\$ 968,00	R\$ 834,00		R\$ 378,00	R\$ 298,10	R\$ 990,00		R\$ 450,00	R\$ 365,00		R\$ 611,87	R\$ 36.712,20
34	RAIOS X PANORAMICO – consiste na realização de procedimento utilizando a técnica de exame de imagem com raio x, proporciona uma imagem que permite distinguir as estruturas e tecidos com propriedades diferentes de toda coluna vertebrais desde a cervical até o cox.	02.04.02.013-1	UN	300	R\$ 0,00		R\$ 142,00		R\$ 116,75	R\$ 134,00			R\$ 154,00	R\$ 245,00		R\$ 158,35	R\$ 47.505,00
TOTAL													R\$ 1.255.568,93				

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO

6.1 Para a presente contratação, os requisitos utilizados para análise das propostas serão os requisitos previstos no item 6.4 e subsequentes.

6.2 Não há necessidade de garantia de execução.

6.3 DA SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1 Não será permitido subcontratação.

6.4 DA HABILITAÇÃO

6.4.1 Será exigido para fins de análise de aptidão da empresa para contratar com esta municipalidade os documentos de habilitação previstos no art. 62 da Lei 14.133/21, ABAIXO RELACIONADO:

I - JURÍDICA;

- a** - Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b** - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada.
- c** - O documento deverá ser acompanhando da última alteração, se for o caso, ou apenas o ato constitutivo consolidado.
- d** - No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- e** - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício.
- f** - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II – TÉCNICA;

- a.** Deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação declaração de que a empresa atende as normativas radiológicas, RDC Nº 611/2022 e da Vigilância Sanitária.
- b.** Deverá ser apresentado pelas participantes, comprovação de qualificação técnica para execução dos serviços através dos seguintes documentos:
 - 1. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
 - 2. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Medicina ou na entidade profissional competente da empresa e dos responsáveis técnicos da licitante;
 - 3. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária, referente ao estabelecimento da sede da interessada, em vigor na data de abertura do certame.

III - FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA;

- a** - Prova de regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b** - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- c** - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado.

d - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão mobiliária emitida pela Secretaria competente do Município.

e - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal.

f - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

IV - ECONÔMICO-FINANCEIRA.

a - Certidão negativa de falência expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

b - Para empresa que se encontra em processo de recuperação judicial, deve ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

6.5 – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a- A Contratada deverá ter sede ou filial para execução dos procedimentos em região bem servida de serviço de transporte coletivo metropolitano, na região metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, com facilidade de acesso para locomoção dos pacientes.

b - O local de realização dos procedimentos deverá possuir estrutura de acessibilidade para usuários com necessidades especiais, incluindo cadeirantes.

6.6 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

a - A Contratada realizará os procedimentos de acordo com pedidos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante carimbo e assinatura do Médico Auditor designado pelo Setor de Controle e Avaliação – SMS/Brumadinho.

b - A suspensão de qualquer procedimento deverá ser justificada oficialmente e comunicada ao setor de Controle, Avaliação e Regulação – SMS/Brumadinho, com a maior brevidade possível e, informando, ainda, o prazo estimado para retomada da realização dos procedimentos, sob pena de notificação.

c - A empresa deverá executar os exames/ procedimentos de acordo com os valores contidos na tabela neste ETP. Tais valores seguem aqueles descritos na Tabela SUS – para procedimentos que estão na tabela SIGTAP, ou média de valores previamente orçados pelas empresas prestadoras previamente.

d - A reposição dos insumos e materiais utilizados é de responsabilidade da Contratada.

6.7 - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

a - São obrigações da Contratada:

1. Emitir a Nota de Empenho observando-se a Tabela de Preços e Procedimentos definida no item 5 deste Estudo Técnico Preliminar;

2. Colocar à disposição da Contratada todas as informações necessárias à execução dos serviços;

3. Promover o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços, com vistas ao seu perfeito cumprimento, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
4. Atestar a execução do objeto por meio de servidor(es) especificamente designado(s);
5. Efetuar o pagamento dos serviços realizados pela Contratada de acordo com as condições estabelecidas neste ETP, especialmente a Tabela de Procedimento da SMS, constante neste edital, e na legislação vigente.

6.8 – DOS PRAZOS

- a - O prazo para o AGENDAMENTO dos procedimentos começa a contar a partir da confirmação do recebimento da Ordem de fornecimento
- b – A Contratada tem até 12 horas para confirmar o recebimento e agendar o procedimento, no caso de regime normal, em no máximo 6 (seis) dias.
- c - O prazo para realização dos procedimentos após a autorização expedida pelo Setor de Controle e Avaliação será de 6 (seis) dias corridos
- d – Situação de urgência ou extrema urgência
- e - Se o regime for de urgência ou extrema urgência, a empresa tem até 4 horas para confirmar o recebimento da ordem de fornecimento e agendar o procedimento em no máximo 02 (dois) dias, não podendo haver prorrogação.

6.9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as normas regulamentadoras e na sua proposta de adesão, obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados;
- b. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos de qualquer natureza, resultantes da execução dos serviços, bem como as despesas referentes ao transporte e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas à prestação dos serviços;
- c. Fornecer, mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pela Contratante;
- d. Cumprir os prazos previstos na requisição de serviços, respeitando-se as condições deste Estudo Técnico Preliminar e posteriormente no Termo de Referência;
- e. Dar ciência à Contratante, com antecedência mínima de metade do prazo previsto para a entrega, dos motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na requisição de serviços;
- f. Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- g. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;
- h. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

- i. Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;
- j. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, conforme especificados neste Estudo Técnico Preliminar, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas no Lei Federal 14.133/2021.
- k. Manter todas as condições de habilitação durante o tempo em que permanecer credenciado.

6.10. DA CONFIDENCIALIDADE

- a. A empresa Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;
- b. As informações sobre dados de desempenho e resultados não podem ser divulgadas a terceiros estando os infratores sujeitos as penalidades estabelecidas na Lei 13 709/2018 – Lei de Proteção de Dados – LGPD.

6.11. DO PAGAMENTO

I - O pagamento deverá ser efetuado em PARCELAS PROPORCIONAIS A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, após conferência da quantidade e qualidade dos mesmos, mediante apresentação da nota fiscal/fatura.

a) O pagamento será creditado em favor da Contratada, por meio de depósito ou transferência eletrônica em conta bancária a ser informada pelo FORNECEDOR, ou, eventualmente, por outra forma que vier a ser convencionada entre as partes, vedando-se o pagamento por meio de boleto bancário, **o qual ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, após a aceitação e atesto nas Notas Fiscais/Faturas.**

b) Será procedida consulta antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

c) Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Brumadinho e no Fundo Municipal de Saúde, em favor da Contratada. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

d) - Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar a Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN - referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU – Port. 358, de 05.09.2014 e Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014, o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90), bem como a Prova de regularidade de Débitos Trabalhistas.

e) - Nenhum pagamento será efetuado à licitante caso os documentos especificados no subitem anterior estejam com prazo de validade vencido, bem como se houver pendência de liquidação de qualquer obrigação que lhe foi imposta, em virtude de

penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou de correção monetária

7.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7. .1 DA SOLUÇÃO

7.1.1 Após a realização do Estudo Técnico Preliminar, a solução mais adequada para solucionar o problema apresentado foi a contratação de pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos, prestadora de serviços de atenção à saúde, que tenham interesse em executar serviços de realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação ou com pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador SUS, pelo prazo de 12 meses, por meio de procedimento auxiliar de Credenciamento na forma eletrônica, levando-se em consideração a previsão descrita no item 06.

7.1.2 A necessidade foi demonstrada no item 2 do presente Estudo Técnico Preliminar - ETP.

7.1.3 Os requisitos da contratação foram elencados no item 3 do presente ETP.

7.1.4 Foram analisadas as possíveis soluções no item 4 do presente ETP.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1 O parcelamento mostra-se tecnicamente viável, pois cada empresa interessada buscará a sua área de especialidade na realização dos exames, para se credenciar e prestar os serviços a serem contratados, portanto serão adjudicados de forma separada, para que possibilite a ampliação de empresas interessados no credenciamento e evitar a concentração do mercado

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não haverá contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

10. ALINHAMENTO COM PAC/PLANO ANUAL DE CONTRAÇÃO

10.1 Ainda não encontra-se implementado o Plano Anual de Contratação no Município de Brumadinho.

10.2 A contratação alinha-se com o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde do Município e ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tal serviço para o bom andamento das atividades a que se destina a Rede de saúde pública de Brumadinho.

10.3 A despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foram observadas, previamente, todas as prescrições constantes do art. 16, inciso I e II, e § 1º incisos I e II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 Com o credenciamento das clínicas especializadas poder-se-á ofertar aos munícipes o acesso a exames/procedimentos, fundamentais à investigação de doenças ou outros problemas de saúde, possibilitando tratamento correto e mais



rápido a cada caso, promovendo o acesso adequado aos serviços de saúde e à efetividade dos resultados dos tratamentos.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

12.1 Não há nenhuma providencia prévia a contratação, uma vez que a aquisição será mediante fornecimento parcelado por meio de Credenciamento.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

Não serão necessárias adequações ao ambiente do órgão

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Tendo em vista todas as informações acima, declaramos que é viável a Contratação dos serviços apresentados.





ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO 02/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO 284/2024

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A
EMPRESA _____,
EM DECORRÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO
Nº 02/2024, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2024.**

O MUNICÍPIO DE BRUMADINHO/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 18.363.929/0001-40, com sede a Rua Maria Maia, 157, CEP: 32.483-120, Grajaú, Brumadinho/MG, neste ato representado por seu Prefeito, Exmo. Sr. _____, CPF nº _____ e pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o Sr. _____, CPF nº _____ aqui denominados CONTRATANTES e, de outro lado, o fornecedor (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. _____, n.º _____, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º _____, (para grupo formal), neste ato representado pelo Sr. (a) _____, CPF nº _____ doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado o presente instrumento, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, e pela proposta de Adesão da CONTRATADA, oriunda do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 284/2024**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **CREDENCIAMENTO 02/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 - O objeto do presente Termo de Contrato é o **Credenciamento** de interessados na prestação de serviços de atenção à saúde, que tenham interesse em executar serviços de realização de exames/procedimentos médicos complementares, de média e alta complexidade, com finalidade diagnóstica e terapêutica, sem pactuação ou com pactuação insuficiente para atendimento à demanda ou sem prestador SUS, pelo prazo de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Credenciamento, ao Termo de Referência e eventuais anexos e a proposta de Adesão, independentemente de transcrição.

1.3 - Discriminação do objeto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SIGTAP	UNID	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL

2 – CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - Este contrato vigorará até por 12 meses contados da data de assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO.





3.1 - Pela natureza da presente contratação, tem-se que a execução do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria.

3.2 - A secretaria requisitante somente poderá iniciar a execução do objeto após a comunicação oficial do Setor de Licitações sobre a efetiva publicação do contrato, momento que demarcará o início da fase de execução.

3.3 - A Contratada realizará os procedimentos de acordo com pedidos oriundos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante carimbo e assinatura do Médico Auditor designado pelo Setor de Controle e Avaliação – SMS/Brumadinho, a contar da emissão da ordem de compra ou de qualquer outro instrumento hábil nos termos do Art. 95 – Lei 14.133/2021.

3.3.1 - A suspensão de qualquer procedimento deverá ser justificada oficialmente e comunicada ao setor de Controle, Avaliação e Regulação – SMS/Brumadinho, com a maior brevidade possível e, informando, ainda, o prazo estimado para retomada da realização dos procedimentos, sob pena de notificação.

3.4 - Os procedimentos deverão ser executados após a autorização expedida pelo Setor de Controle e Avaliação, em 6 (seis) dias corridos.

3.5 - O prazo para o AGENDAMENTO dos procedimentos começa a contar a partir da confirmação do recebimento da Ordem de fornecimento.

3.5.1 - A Contratada tem até 12 horas para confirmar o recebimento e agendar o procedimento, no caso de regime normal, em no máximo 6 (seis) dias.

3.5.2 - A Contratada, em caso de urgência ou extrema urgência, tem até 4 horas para confirmar o recebimento da ordem de fornecimento e agendar o procedimento em no máximo 02 (dois) dias

3.5.2.1 – No caso de em caso de urgência ou extrema urgência, fica vedado a prorrogação dos prazos estabelecidos no item anterior.

3.6 - A garantia da contratação será aplicada conforme as normas da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3.7 - DO RECEBIMENTO:

3.7.1 – Dos serviços:

a) Provisoriamente, de forma sumária, pelo **fiscal** designado, com verificação posterior da conformidade da realização dos procedimentos/exames com as exigências contratuais, que será atestada em termo detalhado a ser emitido em até 15 (quinze) dias;

b) Definitivamente, pelo **gestor** do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em até 30 (trinta) dias, contados do termo de recebimento provisório.

3.8 - DA RECUSA DO OBJETO:

3.8.1 - Se houver rejeição do objeto, nos termos do Art. 140, § 1º, da Lei 14.133/2021, a licitante deverá proceder à substituição e/ou reparação sem qualquer ônus para a Administração e dentro de prazo máximo de 05 (cinco) dias, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 03 (três) dias de sua ocorrência.



3.8.2 - A rejeição do objeto será formalizada através de termo próprio e comunicada à contratada por meio idôneo, físico ou eletrônico, cuja prova da comunicação será encartada aos autos do Procedimento Licitatório;

3.8.3 - A subcontratação só será admitida mediante prévia anuência da contratante, condicionada à apresentação de toda documentação comprobatória dos requisitos da contratação previstos no termo de referência.

4 - CLÁUSULA QUARTA – PREÇO.

4.1 - O valor do presente Contrato é estimado em R\$ (valor por extenso).

4.1.1 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5 - CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

5.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02007.002.10.301.0031.2.101 - 02007.003.10.302.0032.2.045 - 02007.007.10.302.0032.2.222; 3.3.90.39. Fonte de recurso: 500.000.1002, 621.000.000, 659.016.000

6 – CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento e aprovação da Nota Fiscal ou Fatura.

6.2 - Considera-se ocorrido o recebimento e aprovação da Nota Fiscal ou Fatura quando a Administração contratante atestar a execução do objeto do contrato através do Termo Definitivo de Recebimento.

6.3 - Deverão constar na Nota Fiscal obrigatoriamente os seguintes dados: Razão Social: Prefeitura Municipal de Brumadinho, Rua Maria Maia 157, CEP: 32.483-120, Grajaú, Brumadinho/MG.

6.4 - Se a Nota Fiscal ou Fatura for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas necessárias a sua regulamentação formal, não implicando qualquer ônus para a Administração.

6.5 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação, não cabendo a esta pleitear reajuste de preço, atualização monetária ou quaisquer outros direitos que entender cabível.

6.6 - A atualização monetária incidente após o decurso do prazo para efetivo pagamento será calculada pelo índice IPCA.

6.7 - O acompanhamento para fins de liquidação contratual se dará através do Fiscal do Contrato.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

7.1 - Os contratos decorrentes deste certame poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do Artigo 107 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

7.2 - Após o período de 12 meses da apresentação da proposta, poderá haver o reajuste dos valores, observando o índice IPCA e as possibilidades financeiras do Município, que poderá ser concedido após a solicitação da contratada ou por interesse da Administração.

7.3 - Nos contratos de serviços contínuos, deverão ser observadas as disposições do artigo 92, § 4º, da Lei 14.133/2021.

8 - CLAUSULA OITAVA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBIO

8.1 - Prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 10 dias úteis.

8.2 - O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 10 dias úteis.

9 – CLÁUSULA NONA – GARANTIA DO OBJETO

9.1 - A garantia da contratação será aplicada conforme as normas da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), normas relativas ao Código Civil Brasileiro.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.2 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes no termo de referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 - Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições ou irregularidades verificadas nos procedimentos/exames e/ou nos resultados, para que seja substituído;

10.1.4 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado;

10.1.5 - Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente contrato e termo de referência;

10.1.6 - Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;

10.1.7 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados, sejam obrigações solidárias ou solidárias.

10.2 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.2.1 - A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência e em seus anexos, neste contrato e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

10.2.2 - Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as normas regulamentadoras e na sua proposta de adesão, obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados;

10.2.3 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.4 - Atender às determinações emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados; comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.2.5 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.6 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021

10.2.7 - Dar ciência à Contratante, com antecedência mínima de metade do prazo previsto para a execução dos procedimentos/exames, dos motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto na requisição de serviços;

10.2.8 - Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas ou iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;

10.2.9 - Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;

10.2.10 - Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;

10.2.11 - Adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto contratado;

10.2.12 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas, além das aplicações daquelas previstas na Lei Federal 14.133/2021.

10.2.13 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

10.2.14 - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitados da Previdência Social e para aprendiz.

10.2.15 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos

10.2.16 – Manter todas as condições de habilitação durante o tempo em que permanecer credenciado.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1 - Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

11.1.2 - Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.3 - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.4 - Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.5 - Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.6 - Apresentar declaração ou documentação falsa;

11.1.7 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.9 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.10 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1 - Advertência por escrito;

11.2.2 - Multa; Impedimento de licitar e contratar;

11.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156.

11.3 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.4 - Antes da aplicação da penalidade, será facultada a defesa escrita do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, nos termos dos artigos 157 e 158 da Lei 14.133/2021.

11.5 - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO.

12.1 - De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, conseqüentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, os servidores para gestão e fiscalização do contrato, serão efetuados através de designação por Portaria pela Autoridade Competente:

12.2 - A fiscalização de que trata o item anterior não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros.

12.3 - O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos procedimentos/exames, indicando dia, mês, ano e horário, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.4 - O fiscal lavrará termo detalhado do recebimento provisório, apontando todas as circunstâncias envolvidas na execução do objeto, atestando sua regularidade ou não.

12.5 - O gestor lavrará termo detalhado do recebimento definitivo, atestando se a execução do objeto atendeu todas as exigências do Edital e do Contrato.

12.6 - A gestão e fiscalização do contrato seguirão as disposições da Lei n. 14.133/21 e os atos normativos regulamentares correspondentes.

12.7 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.8 - A subcontratação só será admitida mediante prévia anuência da contratante, condicionada à apresentação de toda documentação comprobatória dos requisitos da contratação previstos no item 5 deste termo.

12.9 - ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO.

12.9.1 - Organizar o contrato, apostilas e os termos aditivos;

12.9.2 - Acompanhar o prazo de vigência e execução;

12.9.3 - Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos);

12.9.4 - Analisar proposta de prorrogação;

12.9.5 - Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;

12.9.6 - Manter atualizado os valores dos serviços com aditivos e supressões;

12.10 - ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO.

12.10.1 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

12.10.2 - Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

12.10.3 - Propor e sanções cabíveis.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

13.1 - O PRESENTE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

13.1.1 - Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no termo de referência e neste contrato.

13.1.2 - Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

13.2 - A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo

13.3 - Administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

13.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

13.5 - O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

13.5.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3 – Indenizações e multas.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

14.1 - É VEDADO À CONTRATADA:

14.1.1 - Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2 - Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

15.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 - Conforme disposto no Inciso I e Caput do Artigo 124 da Lei Federal de nº 14.133/2021, os contratos firmados poderão ser alterados com as devidas justificativas, unilateral pelo Município, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos e quando necessária



a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato para obras, serviços e compras e de 50% (cinquenta por cento) no caso de reforma de edifício ou de equipamentos.

15.4 - Poderá também ser aditado bilateralmente para manter o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato em casos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a sua execução, conforme pactuado.

15.5 - Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, nos termos do artigo 134 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

15.6 - A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS.

16.1 - Aplica-se à execução deste contrato as normas da Lei Federal 14.133 de 2021, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, as normas e princípios gerais dos contratos, inclusive quanto aos casos omissos, que serão decididos pela CONTRATANTE.

16.2 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO.

17.1 - Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento, no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO.

18.1 - É eleito o Foro da Comarca de Brumadinho/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Brumadinho,de.....de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CREDENCIANTE/ CONTRATANTE

CREDENCIADA/CONTRATADA

